



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS
Rua Barão de Atalaia 200, Centro – Maceió - AL-CEP: 57020-510
Fone: (82)3315-3106 - Fax: (82)3315-3085

LICITAÇÃO CASAL Nº 02/2018

**PROTOCOLO Nº 577/2018, CI Nº 07/2018 – UN AGRESTE,
ANEXO PROTOOCLO Nº 5887/2018-CASAL**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PELO REGIME DE CONTRATAÇÃO EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE MELHORIA E A READEQUAÇÃO NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO POVOADO TATUAMUNHA, PORTO DE PEDRAS -AL.



Casal
Companhia de Saneamento de Alagoas

LICITAÇÃO CASAL Nº 02/2018

**PROTOCOLO Nº 577/2018, CI Nº 07/2018 – UN AGRESTE,
ANEXO PROTOOCLO Nº 5887/2018-CASAL**

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 30/10/2018 às 09 horas.

ÍNICIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: 30/10/2018 às 09 horas.

FORMA DE EXECUÇÃO DA LICITAÇÃO: PRESENCIAL

MODO DE DISPUTA: FECHADO

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

PRESIDENTE DA CPL/CASAL: ADELY ROBERTA MEIRELES DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DA CPL/CASAL SUPLENTE: NELI LIMA PEREIRA

REFERENCIA DE TEMPO: Para todas as referencias de tempo será considerado o horário de Maceió.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: As consultas referentes as dúvidas de caráter técnico ou de interpretação deste Edital deverão ser formuladas por escrito e enviadas a CPL/CASAL, até **as 17:00 horas do 4º dia útil** anterior à data fixada para abertura da sessão pública, preferencialmente por meio eletrônico via internet, no endereço: cpl@casal.al.gov.br.

2. Os esclarecimentos decorrentes serão disponibilizados na internet no sitio www.casal.al.gov.br – como anexo ao aviso do Edital e via e-mail para os licitantes que tenham enviado para a CPL/CASAL o Protocolo de retirada de Edital.

Companhia de Saneamento de Alagoas

Senhor(a) Licitante,

Solicito a V.S^ª. preencher o protocolo de entrega de edital abaixo, remetendo-o a CPL/CASAL, por meio do e-mail cpl@casal.al.gov.br.

A não remessa de recibo exime a CPL/CASAL da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como, de quaisquer informações adicionais.

Maceió (AL), 25 de setembro de 2018.

ADELY ROBERTA MEIRELES DE OLIVEIRA
CPL/CASAL

Casal
Companhia de Saneamento de Alagoas

LICITAÇÃO CASAL Nº 02/2018

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PELO REGIME DE CONTRATAÇÃO EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE MELHORIA E A READEQUAÇÃO NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO POVOADO TATUAMUNHA, PORTO DE PEDRAS -AL.

RAZÃO SOCIAL:
CNPJ N.º
ENDEREÇO:
CEP CIDADE / ESTADO
TELEFONE:
E-MAIL:
NOME DE PESSOA PARA CONTATO:
RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DO EDITAL:
R. G. Nºe / ou CPF Nº
ENDEREÇO:
CEP CIDADE / ESTADO
TELEFONE:
E-MAIL:

Recebemos cópia do instrumento convocatório acima identificado.

Maceió / AL de de XXXX.

Companhia de Saneamento de Alagoas

Assinatura

LICITAÇÃO CASAL Nº 02 /2018

SUMÁRIO

- DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**
- 1. OBJETO**
 - 2. DO FUNDAMENTO LEGAL**
 - 3. DA GARANTIA**
 - 4. VISITA TÉCNICA**
 - 5. DOS PREÇOS**
 - 6. DOS RECURSOS FINANCEIROS**
 - 7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**
 - 8. DO CREDENCIAMENTO**
 - 9. DO PROCEDIMENTO DA SESSÃO**
 - 10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL**
 - 11. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E DA FASE DE NEGOCIAÇÃO**
 - 12. DA ORGANIZAÇÃO E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
 - 13. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
 - 13.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**
 - 13.2. HABILITAÇÃO TÉCNICA**
 - 13.2.1. TÉCNICA OPERACIONAL**
 - 13.2.2. TÉCNICA PROFISSIONAL**
 - 13.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA**
 - 13.4. DEMAIS DOCUMENTOS**
 - 14. DO QUESTIONAMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**
 - 15. DO RECURSO**
 - 16. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**
 - 17. DA CONTRATAÇÃO**
 - 18. DO PAGAMENTO**
 - 19. DISPOSIÇÕES FINAIS**
- ANEXOS:**
- ANEXOS I: TERMO DE REFERENCIA**
- ANEXO II: MODELO DE PLANILHA DE PREÇOS**
- ANEXO III: CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO**
- ANEXO IV: MODELOS DE DOCUMENTOS**
- Modelo A: Carta Proposta de Preços**
- Modelo B: Declarações de sujeição ao Edital**
- Modelo C: Declaração de ME /EPP**
- Modelo D: Informação conta corrente do signatário**
- Modelo E: Declaração de empresas com chancela no Termo de Abertura e/ou Termo de Encerramento**
- Modelo F: Declaração do proponente de que não se enquadra em nenhum impedimento**
- ANEXO V: MINUTA DO CONTRATO**
- a) Planilha de Custos**
 - b) Cronograma Físico Financeiro**

LICITAÇÃO CASAL Nº 02/2018

A Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL - torna público, para conhecimento de todos, a abertura de licitação no dia e hora (**horário local**) indicado as fls. **02 deste edital**, na sala de Licitações da CASAL, situada à Rua Barão de Atalaia nº 200, Centro, Maceió/AL, CEP: 57.020-510, destinada a contratação citada a seguir.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

• A **LICITAÇÃO CASAL** será realizado em sessão pública, de forma **PRESENCIAL**, mediante condições contidas neste Edital e no Projeto Básico, parte integrante deste instrumento, independente de sua transcrição.

• A publicidade dos atos a serem praticados durante todo o processo licitatório serão realizados através do sítio eletrônico www.casal.al.gov.br, sendo o aviso do Edital publicado também no Diário Oficial do Estado de Alagoas e em quadro de aviso da CASAL.

• O Edital poderá ser retirado no sítio de licitações da CASAL - www.casal.al.gov.br – e fica disponível apenas para consulta na sala da Comissão Permanente de Licitações - CPL/CASAL, situada a Rua Barão de Atalaia, 200, Centro, Maceio/Alagoas.

• A publicidade dos atos a serem praticados durante todo o processo licitatório, inclusive do edital, serão realizados através do sítio eletrônico www.casal.al.gov.br, reservando-se todavia, a CASAL, o direito de publicar os atos por outros meios que julgue necessário, obedecendo aos critérios de conveniência e oportunidade.

• Os trabalhos serão conduzidos por empregado(a) da Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL, integrantes da Comissão Permanente de Licitações - CPL/CASAL, habilitadas e nomeadas através da RD 022/2018, publicada no Diário Oficial do Estado, edição do dia 04 de abril de 2018, com poderes para receber, abrir, julgar e dar parecer no referido certame.

• A possibilidade de participação de **consórcios** nesta licitação e de **subcontratação** do objeto a ser contratado, dependem de previsão contida no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é contratação de empresa especializada de engenharia pelo regime de contratação empreitada por preço global para executar serviços de melhoria e a readequação no Sistema de Abastecimento de Água do Povoado Tatuamunha, Porto de Pedras - AL.

1.2. Para esta licitação, o Projeto e as plantas estão contidas em 01 (um) um CD, que o licitante deve adquirir, através de depósito bancário no valor de R\$ 10,00 (dez) reais, em conta corrente da CASAL: **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS – CASAL. BANCO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. OP. 003. C/C . 0504381-2.** O comprovante do depósito deve ser entregue pessoalmente na sala da CPL/CASAL, para recebimento do respectivo CD. Para obter informações entrar em contato através do e-mail cpl@casal.al.gov.br, ou pelos telefones: (82) 3315-3091/3315.3094.

2. DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. A presente licitação reger-se-á pelo disposto neste Edital e seus Anexos, pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Companhia de Saneamento de Alagoas – RILC/CASAL, aprovado pelo Conselho de Administração da CASAL em 29/05/2018 e publicado no DOE edição do dia 05/08/2018, pela Lei Federal nº 13.303/2016 e pela Lei Complementar nº 123/2006.

3. DA GARANTIA

3.1. Deve ser apresentada a CASAL no prazo de 10 (dez) dias úteis após a celebração do contrato, garantia no valor que corresponda a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato.

3.2. A Contratada poderá optar por uma das seguintes modalidades de Garantia, conforme consta no Projeto Básico e no art. Nº 164 do RILC/CASAL.

- a) Dinheiro;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária.

3.3. Na hipótese de prorrogação do contrato, a garantia deve ser atualizada para o valor global do contrato.

3.4.A garantia será restituída ou liberada após a execução e recebimento definitivo do objeto contratual, mediante a apresentação da certidão negativa de regularidade com o INSS relativa a baixa da matrícula do CEI e quando em dinheiro, atualizada monetariamente com base na variação do índice da caderneta de poupança.

4. DA VISITA TÉCNICA

4.1. A licitante pode, querendo e as suas expensas, realizar visita ao local dos serviços, visando o conhecimento das condições dos mesmos, bem como de eventuais e possíveis dificuldades e circunstâncias outras que possam influir, não somente na elaboração da proposta como na própria execução dos serviços. A CASAL se reservará o direito de não acatar pedidos posteriores a contratação dos serviços cuja origem seja decorrente de situações que poderiam ser previstas na visita ao local e na análise da planilha.

4.2. A visita deverá ser realizada através de um técnico da Proponente, profissional habilitado conforme legislação.

4.3. Caso, na visita ao local dos serviços, o participante verifique na planilha de quantidades e preços da CASAL, a ausência de itens de serviços indispensáveis a realização dos serviços, deverá comunicar imediatamente a CPL/CASAL, **não sendo aceitos em nenhuma hipótese, aditivos posteriores ao contrato** em decorrência de alegação de falhas na planilha, posto que a licitante ao adquirir este Edital acata a planilha de preços e serviços da CASAL, passando a assumir a responsabilidade por todos os quantitativos constantes da mesma.

5. DOS PREÇOS

5.1. O orçamento estimado para contratação terá caráter **SIGILOSO**, conforme define o art. 34 DA Lei nº 13.303/16 e art. nº 23 do RILC/CASAL.

6. DOS RECURSOS FINANCEIROS

6.1. Os recursos financeiros para pagamento do objeto da presente licitação são oriundos da CASAL.

6.2. As despesas decorrentes terão as seguintes classificações:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 131.300 - UNIDADE NEGOCIO DO AGRESTE
GRUPO DE DESPESA 600.000 – ABASTECIMENTO ÁGUA/ESGOTO SQNITÁRIO
RUBRICA616.612 – AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE SISTEMAS

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Respeitadas as condições legais e as constantes deste edital, poderão participar desta licitação toda e qualquer empresa regularmente estabelecida no país, especializada no ramo de objeto desta licitação, e que satisfaça integralmente as condições e exigência deste Edital.

7.2. Cada licitante deverá, nos atos do presente certame, ter um único representante legal devidamente habilitado, mediante apresentação de um dos seguintes instrumentos, sempre acompanhados do documento de identidade:

a) Procuração lavrada por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, indicando a outorga de poderes na forma exigida, onde constem os poderes do outorgante, acompanhada do contrato social, ou estatuto, ou ato constitutivo, ou registro comercial.

b)Cópia autenticada do contrato social, ou estatuto, ou ato constitutivo, ou registro comercial, acompanhado de cópia de documento de identidade, que comprove a sua condição de sócio, gerente ou administrador da licitante.

6.3. Os documentos acima referidos deverão ser apresentados antes do início do certame.

7.3. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma licitante.

7.4. A não apresentação ou a incorreção do documento do representante da empresa licitante não impedirá o proponente de entregar os envelopes de proposta e de habilitação, mas o impedirá de manifestar-se no certame.

7.5. O representante responsabilizar-se-á pelos assuntos atinentes à participação da empresa neste procedimento licitatório, com poderes para formular ofertas de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

7.6. A declaração de que o representante da empresa licitante foi acatada, será proferida pela Presidente da CPL/CASAL quando da abertura da sessão pública e registrada em ata.

7.7. Ao participar da LICITAÇÃO CASAL, apresentando sua proposta, o licitante tacitamente declara que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

7.8. Caso o licitante se enquadre como MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE e queira utilizar-se do tratamento diferenciado destinado a estas pessoas jurídicas, contemplado pela Lei Complementar nº 123/2006, deve informar quando da apresentação da proposta, sob pena de não o fazendo, renunciar a tal tratamento, bem como, posteriormente dentro do prazo previsto, apresentar declaração, conforme ANEXO IV, MODELO "C" – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

7.9. Havendo lotes exclusivo(s) e/ou cota(s) reservada(s) à participação de MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, apenas estas poderão participar da competição quanto aqueles.

7.10. Estarão impedidos de competir nos lotes exclusivo(s) e/ou cota(s) reservada(s) caso existam, as MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE que se enquadrem em uma ou mais das situações disciplinadas no § 4º do art 3º da Lei Complementar 123/2006.

7.11. A Ausência da Declaração, prevista no ANEXO IV, MODELO "C" – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ensejará a desclassificação da licitante.

7.12. Nas licitações, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

7.13. Entende-se por empate a situação em que as propostas apresentadas pelas MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.14. O procedimento de desempate seguirá o estabelecido nos arts, 44 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.15. O licitante será responsável formalmente por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes.

7.16. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e na legislação vigente.

7.17. Caso seja permitida a subcontratação, deve haver a demonstração pela empresa subcontratada dos requisitos exigidos por este EDITAL, limitados a fração do objeto transferido, e a respectiva concordância da CASAL.

7.18. O contratado deverá apresentar a CASAL documentação do subcontratado que comprove sua habilitação jurídica, a qualificação econômica-financeira, a capacidade técnica e a regularidade fiscal, necessárias à execução da parcela do serviço subcontratado ou das aquisições.

7.19. A subcontratação não exclui a responsabilidade do contratado perante a CASAL quanto à qualidade técnica do produto da aquisição.

7.20. Quando for permitidas a participação de empresas sob o regime de consórcio, nos moldes presente no PROJETO BÁSICO, estas devem ao menos cumprir o seguinte:

7.21. As empresas consorciadas deverão apresentar Termo de Compromisso de constituição de Consórcio, do qual deverão constar as seguintes cláusulas;

a) Indicação da empresa líder e sua respectiva participação no consórcio.

b) Responsabilidade solidária das empresas consorciadas, perante a contratante,, pelas obrigações e atos do contrato, tanto durante as fases da licitação quanto na de execução do contrato.

c) Prazo de duração do consórcio que deve, no mínimo, coincidir com a data da expiração da garantia dos serviços, objeto do contrato administrativo licitado.

d) Compromisso de que não será alterada a constituição ou composição do consórcio sem prévia anuência da contratante, visando manter válidas as premissas que asseguraram a habilitação do consórcio original.

e) Compromisso de que o Consórcio não se constitui, nem se constituirá em pessoa jurídica diversa de seus integrantes e que o consórcio não adotará denominação própria.

f) O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso assumido.

g) Dentre outras disposições específicas à execução do objeto do contrato decorrente desta licitação, o instrumento de constituição do consórcio deverá:

h) Definir claramente a participação e os encargos de cada uma das empresas consorciadas na execução do objeto contratual.

i) Conter cláusulas, reconhecendo expressamente a responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelos atos praticados pelo consórcio e inerentes a todas as fases da execução do contrato.

OBS: Será admitido, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômica financeira, cada consorciado deverá comprová-la individualmente.

7.22. Na disputa presencial e no eletrônico, o consórcio será representado pelo líder.

7.23. A empresa participante de um consórcio não poderá participar da licitação isoladamente ou integrando outro consórcio.

7.24. Os consórcios onde haja a participação de MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE poderão, ou não, gozar dos benefícios disciplinados na Lei Complementar nº 123/2006, desde que observados os seguintes parâmetros:

7.24.1. Consórcio formado por ME ou EPP em conjunto com empresa(s) que não faz jus ao regime diferenciado: Não terá direito aos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.

7.24.2. Consórcio formado por ME e EPP cujo faturamento ultrapasse o limite previsto no inciso 3º da Lei Complementar nº 123/2006: Não terá direito ao tratamento diferenciado legalmente previsto.

7.24.3. Consórcio formado por ME e EPP cujo faturamento não ultrapasse o limite previsto no inciso 3º da Lei Complementar nº 123/2006: Terá direito ao tratamento diferenciado legalmente previsto.

7.25. Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela CASAL.

I - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da CASAL;

II - esteja cumprindo a pena suspensão do direito de licitar e contratar aplicada pela CASAL;

III - declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou por Município, ou declarada impedida de licitar e contratar com os órgãos e entidades integrantes da Administração Pública do Estado de Alagoas, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

IV - constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

V - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

VI - constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VII - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VIII - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

7.26. Aplica-se a vedação prevista no caput:

I - à contratação do próprio empregado ou dirigente da CASAL, como pessoa física, bem como à participação dele em processos licitatórios, na condição de licitante;

II - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

- a) dirigente da CASAL;
- b) empregado da CASAL cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
- c) autoridade do Estado de Alagoas, assim entendido aqueles que exercem o cargo de Secretários de Estado, Diretores Gerais, Presidentes de Estatais e de Órgãos da Administração Direta, Indireta, Autárquica, Fundacional, bem como dos Serviços Sociais Autônomos e seus equivalentes.

III - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CASAL há menos de 6 (seis) meses.

8.0. DO CREDENCIAMENTO

8.1. No dia, hora e local indicados neste edital, na presença dos licitantes, a CPL/CASAL promoverá a sessão de abertura do certame e receberá os documentos relativos ao **CREDENCIAMENTO** do representante legal da licitante.

8.2. Quando da entrega do CREDENCIAMENTO, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

8.3. O credenciamento iniciará 01 (uma) hora antes da abertura da sessão pública.

8.4. Cada licitante poderá, nos atos do presente certame ter um único representante legal devidamente credenciado, mediante apresentação de um dos seguintes instrumentos, sempre acompanhados do documento de identidade:

- a) Procuração lavrada por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, indicando a outorga de poderes na forma exigida, onde constem os poderes do outorgante, acompanhada do contrato social, ou estatuto, ou ato constitutivo, ou registro comercial.
- b) Cópia autenticada do contrato social, ou estatuto, ou ato constitutivo, ou registro comercial, acompanhado de cópia de documento de identidade, que comprove a sua condição de sócio, gerente ou administrador da licitante.

8.5. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma licitante.

8.6. A não apresentação ou a incorreção do documento de credenciamento não impedirá o proponente de entregar os envelopes de proposta e de habilitação, mas o impedirá de manifestar-se no certame.

8.7. O representante responsabilizar-se-á pelos assuntos atinentes à participação da empresa neste procedimento licitatório, com poderes para formular ofertas de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.8. A declaração de que o licitante está credenciado será proferida pela Presidente da CPL/CASAL quando da abertura da sessão pública.

9.0. DO PROCEDIMENTO DA SESSÃO

9.1. Aberta a sessão, observadas as disposições contidas neste edital, a Presidente da Comissão observará a seguinte sequência:

- a) A comissão receberá os envelopes lacrados contendo as propostas de preços e os documentos de habilitação conforme art. 51 do RILC/CASAL.
- b) A comissão questionará aos presentes, se há alguma empresa que se enquadre legalmente na condição de ME ou EPP e queira se beneficiar do tratamento diferenciado contido na LC nº 123/2006.
- c) Aquele que pleitear o reconhecimento de sua condição como ME ou EPP e, conseqüentemente a utilização do benefício do tratamento diferenciado previsto na LC nº 123/2006, deverá apresentar, no ato, declaração contida no ANEXO IV, MODELO "C" - MODELO DE DECLARAÇÃO PARA ME E EPP - , devidamente assinada por seu representante legal, com a devida demonstração de poderes, sob pena de não reconhecimento.
- d) A comissão procederá a abertura dos envelopes contendo as propostas de preço e as classificará em ordem crescente de valores, buscando definir o MENOR PREÇO.
- e) Havendo empate de valores, a ordem de classificação das propostas se dará através de sorteio, realizado na própria sessão pública, caso não haja o empate ficto com empresa EPP ou ME.

- f) Considera-se em empate ficto as propostas ofertadas por ME ou EPP, com valores em até 10% (dez por cento) superiores a proposta preliminarmente definida como menor preço.
- g) Encontrando-se mais de uma empresa dentro da margem considerada para empate ficto, nos termos acima, a convocação para apresentar proposta inferior a de menor preço se dará de acordo com a ordem de classificação.
- h) Caso a proposta definida preliminarmente como a de menor preço tenha sido ofertada por uma licitante reconhecida como ME ou EPP, não serão observados os regramentos quanto ao empate ficto.
- i) Procede-se a imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

9.2. É facultado a qualquer membro da CPL/CASAL, caso entenda necessário, promover diligências em qualquer fase da licitação, com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

9.2. Quando do julgamento das propostas de preços e da habilitação, qualquer membro da CPL/CASAL, poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, atribuindo-lhes validade e eficácia, para fins de classificação e de habilitação.

10.0. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

10.1. As propostas deverão ser ofertadas visando o **VALOR GLOBAL** da contratação.

10.2. Os valores das propostas **OBRIGATORIAMENTE** deverão ser iguais ou inferiores aos estimados pela CASAL, para fins de contratação.

10.3. A estimativa de custos para a contratação é **SIGILOSA**, conforme define o art. 34 D Lei nº 11.303/16 e art. 23 do RILC/CASAL.

10.4. A proposta comercial com todos os seus anexos, deverão ser apresentadas, preferencialmente, encadernadas de forma a não conter folhas soltas, sem emendas, rasuras ou borrões, contendo uma folha de rosto com a mesma indicação da capa e sumário dos documentos apresentados. As folhas deverão ser numeradas em ordem crescente e devidamente rubricadas, e o texto impresso de um só lado. Deve ser no formato do Anexo II, em 02 (duas) vias, sendo uma via em papel timbrado e assinada pelo representante legal da licitante, devidamente identificado com número da CPF, no idioma português, ressalvada as expressões técnicas, e **uma via em CD, com arquivo em Excel aberta**, e conter obrigatoriamente os seguintes componentes:

- a) O objeto a ser contratado, conforme consta neste Edital;
- b) O preço global, expresso em moeda nacional, reais-R\$, em algarismos e por extenso, prevalecendo o menor preço em algarismo em caso de divergência;
- c) Apresentar:
 - c.1.) Planilha de Custos com duas casas decimais ;
 - c.2) Cronograma Físico Financeiro ;
 - c.3) Composição analítica dos preços unitários propostos.
- d) Declaração expressa da licitante de estar de acordo com todas as normas e condições deste edital e seus anexos, conforme modelo no Anexo III;
- e) Indicação do prazo de validade da proposta, que será 90 (noventa) dias contados da data de sua apresentação, conforme Anexo III;
- f) Indicação de que o prazo de pagamento será conforme o disposto neste instrumento convocatório;
- g) Declaração da licitante de estarem incluídos nos preços todos os custos e despesas, incidentes na prestação do serviço licitado, conforme Anexo III, deste edital;
- h) Indicação da conta bancária da licitante (banco, agência e número da conta corrente), conforme Anexo III;
- i) Nome completo e qualificação (estado civil, profissão, naturalidade, CPF, RG, endereço) de quem vai assinar o contrato.

10.5. A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das propostas.

10.6. Não serão aceitas e serão desclassificadas as propostas com quantidades inferiores ou maiores que os quantitativos de referência da CASAL.

10.7. Será desclassificada a proposta elaborada em desacordo com os termos deste Edital e seus Anexos ou que se opuserem a quaisquer dispositivos legais vigentes.

10.8. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

10.9. Em caso de discrepâncias dos valores ofertados, a CPL/CASAL, procederá as correções da seguinte forma:

a. Entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

b. No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo inalterado o preço unitário e a quantidade.

c. No caso de erro de adição, a soma será ratificada, mantendo-se inalteradas as parcelas.

d. O preço total da PROPOSTA DE PREÇOS será ajustado pela Comissão, em conformidade com os procedimentos enumerados nas alíneas precedentes para correção de erros. O valor resultante consistirá no preço corrigido global da PROPOSTA DE PREÇOS.

10.10. Após a abertura das propostas não serão admitidos pedidos de cancelamento, retificação de preços ou de quaisquer outras condições oferecidas.

10.11. Não serão recebidos envelopes apresentados após a data e hora estabelecidas para a sua abertura, ou por qualquer outra forma não estabelecida neste edital. Após a entrega dos envelopes, não serão aceitos quaisquer adendos, acréscimos ou supressões sobre o conteúdo dos mesmos.

10.12. Os envelopes, contendo a proposta de preços, podem ser enviados por qualquer meio de entrega no protocolo da CASAL. A CPL/CASAL não se responsabilizará por extravio dos envelopes. As empresas deverão se certificar, antes da data da sessão de abertura do certame, sobre o recebimento dos mesmos pela CPL/CASAL.

10.13. Após a fase de abertura da proposta, não cabe desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação – CPL/CASAL.

11.0. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E DA FASE DE NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS

11.1. A Comissão deverá ordenar a classificação dos licitantes, em ordem decrescente, pelo critério do valor da menor proposta para a maior proposta.

11.2. A Comissão deverá negociar condições mais vantajosas com o licitante primeiro colocado mas que ainda tem seu valor maior que o valor de referência da CASAL, que continua sigiloso.

11.3. Caso, após a fase de negociação, o preço ofertado pelo licitante mais bem classificado ainda continue acima do preço estimado pela CASAL para a contratação, e não houver entendimento por parte do licitante em apresentar uma contraproposta que seja aceita pela Comissão de Licitação, a Presidente da Comissão irá declarar sua desclassificação por motivo de não apresentar proposta menor que o preço de referência, que continua sigiloso.

11.4. A presidente da Comissão iniciará uma negociação com o segundo classificado nos mesmos moldes que o anterior e assim sucessivamente, repetindo-se o procedimento com os demais participantes, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, até que obtenha uma contraproposta positiva quanto ao Valor de Referência que é do conhecimento da Presidente da Comissão e continua sigiloso.

11.5. Se depois de adotada as providências referidas acima, não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, a licitação será declarada fracassada, quando em relatório conclusivo emitido pela Comissão e enviado a SUJUR será solicitado que o processo seja evoluído a Diretoria da Presidência para ser revogada ou para que haja a contratação direta, com base no art. 148, IV do RILC/CASAL.

11.6. Caso, na fase de negociação, a Comissão obtenha resultados positivos, com o licitante apresentando contraproposta com valor menor que o valor de referência, a Comissão irá declarar o licitante arrematante, passando a abertura do envelope contendo os documentos de habilitação.

11.7. Para análise dos documentos de habilitação do licitante arrematante, a Comissão poderá suspender a sessão pública, informando que publicará no site da CASAL – www.casal.al.gov.br – o resultado dessa análise.

11.8. Se constatado que os documentos de habilitação apresentados atendem a todos os requisitos exigidos no Edital, a licitante será declarada **LICITANTE VENCEDORA**.

11.9. Em caso de inabilitação da então licitante arrematante, serão convocados os licitantes remanescentes, obedecendo rigorosamente a ordem de classificação das propostas, para fase de negociação, em nova sessão pública, com data e hora a serem determinadas pela CPL/CASAL e publicadas no sítio da CASAL www.casal.al.gov.br.

11.10. A empresa que ofertou o menor preço e atendeu aos requisitos de habilitação, sendo portanto declarada vencedora nos termos deste Edital, inclusive quanto a compatibilidade com o valor estimado para a contratação, encaminhará, no prazo de 02 (dois) dias úteis proposta com o novo valor negociado, acompanhada inclusive da composição analítica dos preços unitários propostos, em 02 vias: 01 (uma) via impressa em original assinada pelo engenheiro técnico responsável, com nº do CREA e 01 (uma) via em mídia (CD), a ser enviada para a sala da Comissão Permanente de Licitações da CASAL, sob pena de eliminação do certame.

11.11. Após publicado o resultado da licitação, definindo o **LICITANTE VENCEDOR**, inciar-se-á o prazo para interposição de recurso pelos interessados, nos moldes previstos neste edital.

11.12. O valor de referencia para esta licitação continua **SIGILOSO** mesmo após a fase da assinatura do contrato.

12. DA ORGANIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO exigidos neste Edital e seus Anexos deverão ser apresentados pelo licitante arrematante, em uma única via, em invólucro opaco e lacrado, contendo as seguintes indicações no anverso:

**COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS – CASAL
COMISSÃO PERMANENTE DE HABILITAÇÃO
LICITAÇÃO CASAL Nº 02/2018
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE / CNPJ**

13. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

a. Para habilitação nesta licitação, a licitante deverá apresentar a documentação relacionada a seguir, em original ou cópia autenticada por tabelião de notas ou por empregado da CASAL lotado na Comissão Permanente de Licitação – CPL/CASAL.

b. No caso do Licitante que optar por autenticação dos documentos por funcionários da CASAL, deverá apresentar os mesmos perfeitamente legíveis juntamente com o original, para a referida autenticação até 01 (um) dia útil antes da realização da Licitação, no horário das 8:00 até às 11:00 horas e das 14:00 horas às 17:00 horas.

13.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a)** Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores bem como suas alterações ou a última alteração consolidada;
- c)** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d)** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

- e) Comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, indicando a empresa responsável pelo consorcio que deverá atender as condições de liderança, obrigatoriamente fixadas no Edital.
- f) Declaração em que as empresas consorciadas se comprometem e se obrigam, no caso de vencedor da licitação, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consorcio, nos termos do compromisso assumido.
- g) Declaração de inexistência de fato impeditivo para sua habilitação, conforme Anexo III deste edital;
- h) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, e somente a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei Federal nº 9.854/1999), conforme ANEXO III deste Edital.
- i) Inscrição do CNPJ, onde conste atividades correlatas ao objeto licitado.
- j) Prova de Regularidade com o INSS, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (DAU), com validade na data de realização da licitação.

13.2. HABILITAÇÃO TÉCNICA

- a) Indicação do responsável técnico ou equipe de profissionais responsáveis técnicos que participarão da condução dos serviços, conforme modelo G anexo, onde o(s) responsável(is) técnico(s) devem apor sua assinatura de aceite na declaração.
- b) Certidão de registro de regularidade de situação junto ao CREA da proponente e dos profissionais de seu quadro, que não estejam relacionados na Certidão de Pessoa Jurídica, envolvidos diretamente na presente licitação. Não serão aceitas certidões positivas.

13.2.1. CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL - EXPERIÊNCIA DA PROPONENTE

A PROPONENTE DEVERÁ COMPROVAR EXPERIÊNCIA POR MEIO DE ATESTADOS DE EXECUÇÃO E CONCLUSÃO BEM-SUCEDIDA, EMITIDOS EM SEU NOME, FORNECIDOS POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO, DE OBRAS DE MESMA NATUREZA, EM QUANTIDADES IGUAIS OU SUPERIORES ÀS PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA DO OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, DISCRIMINADAS ABAIXO:

a) EXECUÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA PARA VAZÃO MÍNIMA DE 36 M3/H.

- 13.2.2.** QUANDO O ATESTADO TRATAR-SE DE UNIDADES LOCALIZADAS (ESTAÇÃO DE TRATAMENTO, ELEVATÓRIAS E RESERVATÓRIOS), NÃO SERÁ ADMITIDO O SOMATÓRIO DE QUANTIDADES CONSTANTES DO ATESTADO, PARA COMPROVAÇÃO DE ATENDIMENTO DOS ITENS DE VAZÃO, DE POTÊNCIA, DE CAPACIDADE DE RESERVAÇÃO E DE TRATAMENTO. QUANDO SE TRATAR DE UNIDADES LINEARES (ADUTORAS, REDES E QUANTIDADES DE LIGAÇÕES PREDIAIS), SERÁ ADMITIDO O SOMATÓRIO DAS QUANTIDADES CONSTANTES DOS ATESTADOS PARA COMPROVAÇÃO DE ATENDIMENTO A ESTES ITENS.
- 13.2.3.** NO CASO DA PROPONENTE UTILIZAR PARA COMPROVAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS MÍNIMAS, ATESTADO(S) DE OBRAS, REFERENTE(S) A CONTRATOS EXECUTADOS SOB O REGIME DE CONSÓRCIO, AS QUANTIDADES CONSIDERADAS SERÃO APENAS AQUELAS RELATIVAS A PARCELA DE PARTICIPAÇÃO DA PROPONENTE NA COMPOSIÇÃO DO CONSÓRCIO, CONFORME ESTIVER DISCRIMINADO NO ATESTADO OU, NA AUSÊNCIA DESTA INFORMAÇÃO NO DOCUMENTO, POR CÓPIA DO ATO CONSTITUTIVO DO CONSÓRCIO, DEVIDAMENTE REGISTRADO NO ÓRGÃO COMPETENTE QUE DEVERÁ ACOMPANHAR O MESMO. SALVO SE CONSTAREM EXPRESSAMENTE DO ATESTADO O OBJETO REALIZADO POR CADA UMA DAS EMPRESAS CONSORCIADAS.
- 13.2.4.** NO CASO DA PROPONENTE UTILIZAR PARA COMPROVAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS MÍNIMAS, ATESTADO(S) DE OBRAS, REFERENTES A CONTRATOS EXECUTADOS SOB O REGIME SUB-CONTRATAÇÃO, SOMENTE SERÃO ACEITOS AQUELES ATESTADOS QUE TENHAM SIDO EMITIDOS DIRETAMENTE PELA CONTRATANTE PRINCIPAL (PROPRIETÁRIA DO EMPREENDIMENTO), OU QUE ESTEJAM ACOMPANHADOS DE DECLARAÇÃO DA MESMA, RATIFICANDO AS QUANTIDADES EXECUTADAS BEM COMO OS DEMAIS DADOS DO(S) ATESTADO(S).
- 13.2.5.** NO CASO DE UMA PROPONENTE SER DETENTORA DA PROPOSTA DE MENOR PREÇO PARA MAIS DE UM LOTE,

QUANDO COUBER, PARA FINS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA DEVERÁ ATENDER AO SOMATÓRIO DOS QUANTITATIVOS MÍNIMOS EXIGIDOS NO SUBITEM 16.2.6 DESTE CAPÍTULO, CORRESPONDENTES A CADA UM DESSES LOTES.

13.2.6. CASO O SOMATÓRIO DOS QUANTITATIVOS MÍNIMOS ESTABELECIDOS NÃO SEJA ATINGIDO, SERÁ OBSERVADA PARA APLICAÇÃO DO CRITÉRIO DE HABILITAÇÃO, A ORDEM DE PREFERÊNCIA DE LOTES ONDE A MESMA DEVERÁ APRESENTAR DECLARAÇÃO, CONFORME MODELO B (ANEXO). NA EVENTUAL AUSÊNCIA DA DECLARAÇÃO SERÁ CONSIDERADA A ORDEM SEQUENCIAL DOS LOTES DA LICITAÇÃO.

13.2.2. CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

A PROPONENTE DEVERÁ COMPROVAR QUE POSSUI EM SEU QUADRO FUNCIONAL, NA DATA ESTIPULADA PARA A ENTREGA DESTA DOCUMENTAÇÃO, UM OU MAIS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR, COM REGISTRO NO ÓRGÃO PROFISSIONAL COMPETENTE, DETENTOR DE CAT EMITIDA PELO CREA, OU RESPECTIVO CONSELHO DE CLASSE, DEVIDAMENTE ACOMPANHADA DO ATESTADO DE EXECUÇÃO, FORNECIDO POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO, QUE DEMONSTREM SUA CAPACITAÇÃO TÉCNICA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS, DE MESMA NATUREZA E COMPATÍVEL COM O OBJETO DESTA LICITAÇÃO, DISCRIMINADAS ABAIXO:

b) EXECUÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA PARA VAZÃO MÍNIMA DE 36 M³/H

13.2.2.1 A COMPROVAÇÃO DO VÍNCULO DO PROFISSIONAL COMPETENTE COM A PROPONENTE, DEVERÁ ESTAR VIGENTE E SE DAR ATRAVÉS DE UM DOS SEGUINTE DOCUMENTOS:

- CARTEIRA DE TRABALHO (CONTENDO AS SEGUINTE FOLHAS: NÚMERO DE REGISTRO, QUALIFICAÇÃO CIVIL, CONTRATO DE TRABALHO), OU
- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO (SE POR PRAZO DETERMINADO, O MESMO DEVERÁ ABRANGER O PERÍODO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETO DESTA CONTRATAÇÃO), REGISTRADO EM CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS.

OS DOCUMENTOS ACIMA REFERIDOS SERÃO CONSIDERADOS PRESUMIDAMENTE VERDADEIROS EM SUA FORMA E CONTEÚDO. CASO A COMISSÃO DE LICITAÇÃO, PROVOCADA OU NÃO, CONSTATE INDÍCIOS DE FRAUDE, IMPÕE-SE A APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA, ATENDIDO O DEVIDO PROCESSO LEGAL E DENÚNCIA AO MINISTÉRIO PÚBLICO.

13.2.2.2. NÃO SERÁ PERMITIDO APRESENTAR COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO DE UM MESMO PROFISSIONAL, EM MAIS DE UMA PROPONENTE, SOB PENA DE INABILITAÇÃO DE AMBAS AS EMPRESAS.

13.2.2.3. QUANDO O PROFISSIONAL DETENTOR DO ACERVO FOR SÓCIO DA EMPRESA, A COMPROVAÇÃO DO VÍNCULO PODERÁ SER FEITA PELA CERTIDÃO DA JUNTA COMERCIAL, PELO CONTRATO SOCIAL VIGENTE, PELO ESTATUTO SOCIAL OU PELO ATO CONSTITUTIVO DA SOCIEDADE.

13.2.2.4. O(S) PROFISSIONAL(AS) APONTADO(S) NA PROPOSTA COMO DETENTOR(ES) DO ACERVO TÉCNICO DEVERÁ(ÃO) SER INDICADO(S) COMO RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICO(S) E DEVERÁ(ÃO) OBRIGATORIAMENTE PARTICIPAR DA OBRA OBJETO DESTA LICITAÇÃO, CABENDO AO GESTOR DO CONTRATO OBSERVAR ESSA QUESTÃO.

13.2.3. NO QUE SE REFERE À APRESENTAÇÃO DE ATESTADOS CONSTANTES DESTE EDITAL, AS PROPONENTES, QUANDO SE TRATAR DE ATESTADOS INESPECÍFICOS, DEVERÃO DESTACAR AS REFERÊNCIAS INERENTES ÀS EXIGÊNCIAS OBRIGADAS PELO EDITAL.

13.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

13.3.1. Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis, e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira do licitante, assinadas por Contador ou Técnico Contábil, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo representante legal da empresa. Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a) Sociedades Empresárias – Fotocópia das páginas correspondentes do Livro Diário, devidamente autenticadas na Junta Comercial ou outro órgão equivalente do Registro de Comércio da Sede ou domicílio do licitante, com os competentes Termos de Abertura e Encerramento.

b) Sociedade por Ações - Publicação no Diário Oficial da União ou do Estado ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede do licitante, e em jornal de grande circulação, editado na localidade em que está situada a sede do licitante, conforme o caput do art. 289 e o parágrafo 5º

da Lei nº 6.404/76 e comprovação de autenticação pelo Órgão do Registro do Comércio do domicílio ou sede do licitante.

c) Sociedades Simples, Fundações ou outras Entidades sem Fins Lucrativos – Fotocópia das páginas correspondentes do Livro Diário devidamente autenticadas no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Sede ou domicílio do licitante, com os competentes Termos de Abertura e Encerramento.

13.3.2. As empresas com menos de 01 (um) ano de existência, que ainda não tenham balanço de final de exercício, deverão apresentar o Balanço de Abertura, contendo carimbo e assinatura do representante legal da empresa e do contador. Os índices para comprovar a boa situação financeira da empresa não serão exigidos neste caso.

13.3.3. As empresas que estiveram inativas no ano anterior, deverão apresentar cópia da declaração de inatividade entregue à Receita Federal, apresentando o último balanço patrimonial que antecede a condição de inatividade.

13.3.4. As empresas que apresentarem cópias das demonstrações contábeis registradas na Junta comercial ou outro órgão equivalente do Registro de Comércio, as quais contenham autenticação apenas em alguma(s) página(s) do Livro Diário apresentarão declaração, conforme modelo constante do anexo III, juntamente com os competentes Termos de Abertura e Encerramento, para fins de comprovação de registro do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, com firma reconhecida em cartório.

13.3.5. As empresas sujeitas a apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD) nos termos do art. 2º do Decreto Federal nº 6.022/2007, com a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) deverão apresentar em fotocópias autenticadas extraídas do livro digital, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, os Termos de Abertura e Encerramento do livro digital e o Termo de Autenticação na Junta Comercial ou Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital (conforme Decreto nº 8.683, de 25 de fevereiro de 2016), todos emitidos pelo Programa Validador e Autenticador (PVA).

13.3.6. A comprovação da boa situação financeira da empresa deve ser apresentada em uma folha, em separado, contendo identificação da licitante, assinada por Contador ou Técnico Contábil, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo representante legal da empresa, calculados pelas fórmulas a seguir:

Índice de Liquidez Geral

$$LG \geq 1,0$$

Ativo circulante + Ativo realizável a longo prazo

$$LG = \frac{\text{Ativo circulante + Ativo realizável a longo prazo}}{\text{Passivo circulante + Passivo exigível a longo prazo}}$$

Passivo circulante + Passivo exigível a longo prazo

Índice de Liquidez Corrente

$$LC \geq 1,0$$

Ativo circulante

$$LC = \frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo circulante}}$$

Passivo circulante

Grau de Endividamento Geral

$$EG \leq 1,3$$

Passivo circulante + Passivo exigível a longo prazo

$$EG = \frac{\text{Passivo circulante + Passivo exigível a longo prazo}}{\text{Ativo total}}$$

Ativo total

13.3.7. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, a mesma deverá comprovar esta condição, através de certidão simplificada expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil

das Pessoas Jurídicas, ou por seu enquadramento no Simples Nacional, conforme o caso, para que possa usufruir os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147 de 14 de agosto de 2014, com validade na data da licitação.

13.3.8. No caso de a empresa possuir filiais e concorrer com uma de suas filiais, a documentação apresentada deverá referir-se apenas a filial concorrente ou apenas à matriz, salvo disposição em contrário, sendo que a contratação será realizada com a pessoa jurídica que apresentou a documentação.

13.3.9. O licitante deverá comprovar que possui Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor de referência do objeto licitado, comprovado através do Balanço Patrimonial.

13.3.10. Certidão negativa de falência ou concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física.

13.4. DEMAIS DOCUMENTOS

13.5. Sempre que houver necessidade de apresentação dos ANEXOS que compõe o presente Edital, os mesmos deverão ser apresentados devidamente assinados pelo representante legal da Proponente.

13.6. A representação legal deverá estar devidamente comprovada, visando a assinatura dos documentos integrantes do processo licitatório.

13.7. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital, salvo em virtude de força maior ou caso fortuito, aceitável a juízo da Comissão Permanente de Licitação.

13.8. Não serão aceitas, sob qualquer alegação, ainda que antecipadamente, documentação incompleta para posterior complementação, nem documentação por transmissão via fac-símile (fax).

13.9. As Micro e Pequenas Empresas apresentarão todos os documentos de regularidade fiscal exigidos neste edital, mesmo que apresente alguma restrição.

13.10. As Micro e Pequenas Empresas, quando apresentarem documentação fiscal com alguma restrição, terão um prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir de sua constatação, para regularização da situação, podendo ser prorrogável por igual período, a critério da administração. Caso não haja regularização, serão aplicadas as sanções administrativas previstas neste edital e seus anexos.

14. DO QUESTIONAMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

14.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data e horário fixados para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório, seja via email – www.casal.al.gov.br – ou através de documento registrado no protocolo central da CASAL, em seu prédio sede, situado a Rua Barão de Atalaia, nº 200, Centro, Maceio, Alagoas, no horário comercial.

14.2. Caberá a Comissão decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

14.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

14.4. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação.

15. DO RECURSO

15.1. Conforme previsto no RILC/CASAL, declarado o vencedor e publicado no sítio eletrônico da CASAL - www.casal.al.gov.br - a empresa vencedora, qualquer licitante poderá justificadamente interpor recurso.

15.2. O licitante interessado terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação do resultado, para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.3. A não interposição do recurso, protocolado na CASAL, importará na decadência desse direito, ficando a Comissão autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

15.4. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.5. O recurso será dirigido a autoridade superior, por intermédio da Presidente da CPL/CASAL, que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou nesse mesmo prazo, fazê-lo subir a instancia administrativa superior para as considerações e decisão.

15.6. A Autoridade superior, devidamente informada, deve proferir a decisão final quanto ao recurso, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, devolvendo a CPL/CASAL para as providencias pertinentes.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. A declaração da adjudicação do objeto deste certame será viabilizada pela CPL/CASAL, caso não haja recurso. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

16.2. Após a declaração ao vencedor da licitação, não havendo interposição de recurso por parte dos licitantes, a CPL/CASAL divulgará a empresa vencedora, sendo o procedimento submetido à Autoridade Superior, para homologação e contratação.

16.3. A homologação autorizada pelo Diretor Presidente da CASAL, será publicada no site do Banco do Brasil, informando o nome da empresa e o valor da proposta vencedora.

17. DA CONTRATAÇÃO

17.1. A contratação do objeto da presente licitação será efetuada conforme as condições estabelecidas neste Edital em seus Anexos, bem como a documentação e a proposta da licitante vencedora, naquilo que não contrariar os termos deste, com previsão de adaptação às normas vigentes.

17.2. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

17.3. A empresa classificada em primeiro lugar, declarada vencedora, será convocada para assinar o contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da notificação.

17.4. A empresa vencedora sendo convocada e não comparecendo para assinar o contrato, ou não comprovando que mantém as condições de habilitação, será convocado outro licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções legais cabíveis.

17.5. Ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos, decorridos 60 (sessenta) dias da data da sessão de abertura, sem a convocação para a contratação.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O valor da Nota Fiscal Fatura deverá corresponder aos serviços executados durante o mês, conforme o quantitativo apurado pelo Gestor do Contrato e Cronograma Físico e Financeiro, Anexo II da minuta de Contrato.

18.2. O pagamento será procedido após a apresentação da Nota Fiscal Fatura protocolada e devidamente conferida e atestada pelo Gestor do Contrato, contando-se o prazo de 30 (trinta) dias a partir do seu lançamento no sistema de controle de pagamento da CASAL.

18.3. A CONTRATADA do faturamento, deverá apresentar ao Gestor do contrato, os seguintes documentos, com data de validade atualizada:

- a) Certidão Negativa de Débitos do INSS;
- b) Certidão Negativa de Débitos do FGTS;
- c) Certidão Negativa de Débitos de Débitos Trabalhistas – CNDT.

18.4. A não apresentação dos documentos acima elencados, no prazo de 30 (trinta) dias, ensejará a rescisão do contrato.

18.5. Nenhum pagamento será feito sem que a licitante vencedora tenha recolhido o valor de multa eventualmente aplicada.

18.6. A emissão antecipada do documento fiscal não implicará adiantamento para o pagamento da obrigação. Havendo erro na nota fiscal, a mesma será devolvida à licitante vencedora.

18.7. Os pagamentos serão efetuados através de depósito bancário em conta corrente da CONTRATADA.

18.8. No caso de pagamento não efetuado no prazo estabelecido neste Edital, o valor em atraso será corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, desde do inadimplemento até a data do efetivo pagamento.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Todas as obrigações a serem ajustadas pelas partes e suas respectivas penalidades estão previstas na minuta de contrato, Anexo deste Edital.

19.2. As licitantes ficam cientes de que é reservado à Administração o direito de apresentar redução ou acréscimo, no volume dos quantitativos de fornecimento, até o limite previsto na Lei nº 13.303/2016 e no RILC/CASAL.

19.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.4. O Edital, assim como o Projeto Básico, estará disponível no site da CASAL www.casal.al.gov.br.

19.5. A eventual tolerância a qualquer infração ao disposto neste instrumento não implicará aceitação, novação ou precedente.

19.6. Na contagem dos prazos estabelecidos para este procedimento licitatório, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, só se iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente na CASAL e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

19.7. A presente licitação, no interesse da Administração, poderá ser adiada, revogada ou anulada, sempre em despacho fundamentado, nos termos da lei.

19.8. Os casos omissos ou situações não explicitadas serão decididas pelas partes, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no RILC/CASAL e suas alterações e demais regulamentos e normas administrativas federais e estaduais, que fazem parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

19.9. As licitantes poderão colher informações adicionais eventualmente necessárias sobre o certame, através do site da CASAL www.casal.al.gov.br ou do e-mail: cpl@casal.al.gov.br.

19.10. Ao receber o Edital a licitante deverá declarar o e-mail em que recebe notificações, obrigando-se a comunicar qualquer mudança posterior, sob pena de reputar-se válida a notificação encaminhada ao e-mail fornecido.

19.11. O contratado tem a obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

Maceió (AL), 25 de setembro de 2018.

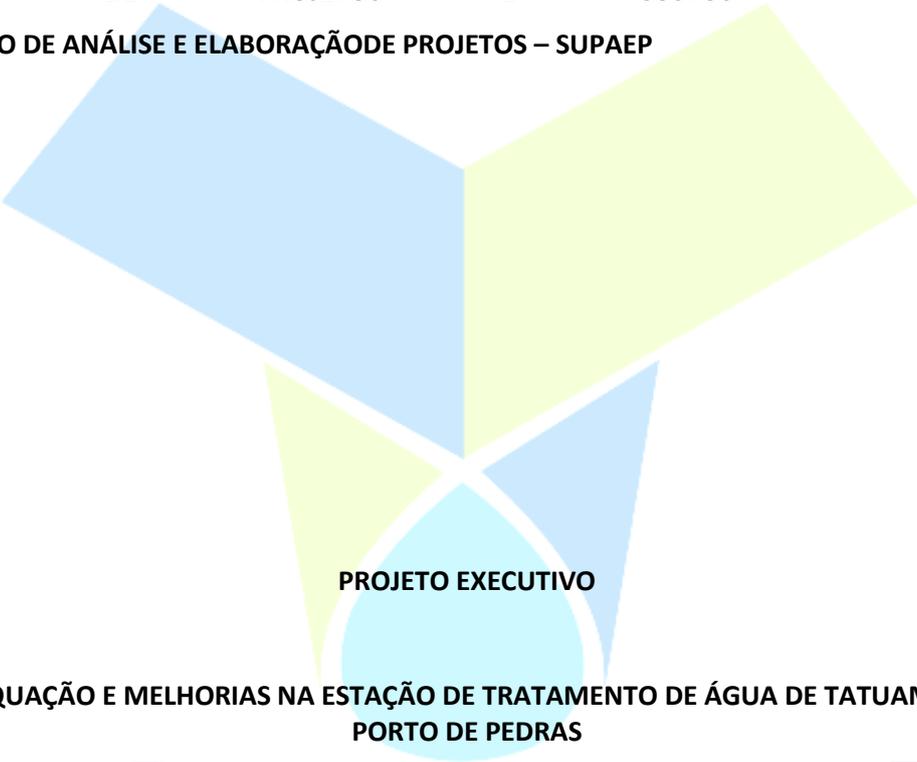
ADELY ROBERTA MEIRELES DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DA CPL/CASAL

VISTO:

OSMAR LISBOA
VICE-PRESIDENTE DE GESTÃO DE ENGENHARIA/CASAL

ANEXO I

GERÊNCIA DE PROJETOS E CUSTOS – GEPRO
SUPERVISÃO DE ANÁLISE E ELABORAÇÃO DE PROJETOS – SUPAEP



PROJETO EXECUTIVO

READEQUAÇÃO E MELHORIAS NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DE TATUAMUNHA –
PORTO DE PEDRAS

Casal

Companhia de Saneamento de Alagoas

MACEIÓ – 2018



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

SUMÁRIO

1	OBJETO	22
2	JUSTIFICATIVA	22
3	SERVIÇOS PROPOSTOS.....	22
4	DIMENSIONAMENTO	28
5	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.....	30
6	Gestor e fiscal.....	35
7	ESTIMATIVA DE CUSTOS	35
8	PRAZO DE EXECUÇÃO	35
9	PRAZO DE VIGÊNCIA	35
10	GARANTIA	35
11	ACRESCIMO	35
12	PRORROGAÇÃO	35
13	FORMA DE PAGAMENTO.....	35
14	OBRIGAÇÕES DAS LICITANTES	36
15	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	38
16	OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE	40
17	Da gestão	40
18	DA Fiscalização	41
19	Casos omissos.....	42
20	PENALIDADES	42
21	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	42
22	ANEXO 1 - pranchas de desenho técnico.....	44



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

1 OBJETO

Contratação de empresa especializada de engenharia pelo regime de contratação empreitada por preço global (conforme artigo 60, II, do regulamento interno de licitações, contratos e convênios da CASAL) para executar serviços de melhoria e a readequação no sistema de abastecimento de água (captação, estação de tratamento e reservação) do povoado Tatuamunha, Porto de Pedras -AL.

2 JUSTIFICATIVA

Visto que a estação de tratamento de água de Tatuamunha não se encontra em condições ideais de operação, onde conseqüentemente gera uma água sem qualidade, causando transtornos à população, se faz necessário a contratação de empresa especializada para melhorias e adequação na referida ETA.

A execução da obra ETA Tatuamunha, de responsabilidade da SEINFRA, foi paralisada devido as não conformidades da empresa contratada. Ao decorrer de vários anos, essa paralização prejudicou as populações de povoados do município de Porto de Pedras: Tatuamunha, Lages e Palmeira, que juntos somam cerca de 1.000 mil famílias.

A obra não foi recebida pela Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL, porém em parceria com a Prefeitura de Porto de Pedras, foi realizado por parte da CASAL o estudo necessário para melhorias e readequações na estação.

3 SERVIÇOS PROPOSTOS

Todos os serviços deverão ser executados dentro das normas e padrões da construção civil, com acompanhamento de profissional habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.

Para que sejam atendidas as solicitações supracitadas são propostos alguns serviços especializados de engenharia. A planilha abaixo apresenta a descrição sucinta dos serviços.



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS



Companhia de Saneamento de Alagoas

OBRA: REFORMA TATUAMUNHA			
LOCAL: TATUAMUNHA			
SERVIÇOS PROPOSTOS			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT
1	INSTALAÇÃO DA OBRA		
1.1	Mobilização da Obra	%	5,00
2	MELHORIAS BARRAGEM DE ÁGUA		
2.1	LIMPEZA MANUAL DO TERRENO (C/ RASPAGEM SUPERFICIAL)	M2	600,00
2.2	LIMPEZA MECANIZADA DO TERRENO COM REMOÇÃO DE CAMADA VEGETAL UTILIZANDO MOTONIVELADORA	M2	1.800,00
2.3	BOTA FORA ATÉ 10KM	M3	180,00
2.4	ENSECADEIRA DE MADEIRA COM PAREDE SIMPLES	M2	15,00
2.5	IMPERMEABILIZACAO DE SUPERFICIE COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, TRACO 1:3, COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE, E=3 CM	M2	60,00
3	MELHORIAS CASA DE BOMBAS - E.E. DE ÁGUA BRUTA		
3.1	PINTURA EM TINTA ACRÍLICA - COR BRANCA	M2	101,92
3.2	ESMALTE SINTÉTICO SOBRE MADEIRA E METAL	M2	24,00
3.3	ABERTURA DE LOGOMARCA - CASAL	UNID	1,00
4	READEQUAÇÃO DA ETA TATUAMUNHA		
4.1	CÂMARA DE CARGA EM CONCRETO ARMADO		
4.1.1	MEDIDOR DE VAZÃO VELOCIMÉTRICO TIPO AXIAL - DN 150MM	UNID	1,00
4.1.2	KIT DE FIXAÇÃO PARA MEDIDOR DE VAZÃO TIPO WOLTMANN AXIAL 6", COMPOSTO POR;FLANGES EM AÇO CARBONO (ROSCA BSP), PARAFUSO, ARRUELAS, PORCAS E GUARNIÇÕES.	UNID	1,00
4.1.3	CAIXA DE INSPEÇÃO EM ALVENARIA DE TIJOLO MACIÇO 60X60X60CM, REVESTIDA INTERNAMENTE COM BARRA LISA (CIMENTO E AREIA, TRAÇO 1:4) E=2,0CM, COM TAMPA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO E FUNDO DE CONCRETO 15MPA TIPO C - ESCAVAÇÃO E CONFECÇÃO	UNID	1,00
4.1.4	PREPARO DO SUBSTRATO COM UTILIZAÇÃO DE HIDROJATEADORA DE AREIA, PARA LIMPEZA DE FERRAGENS E SUPERFÍCIES DE CONCRETO	M²	31,25
4.1.5	RECUPERAÇÃO DE CONCRETO FCK=25MPA, VIRADO EM BETONEIRA, NA OBRA	M3	1,25
4.1.6	LANÇAMENTO MANUAL DE CONCRETO EM ESTRUTURAS	M3	1,25
4.1.7	ESCADA TIPO MARINHEIRO EM TUBO AÇO GALVANIZADO 1 1/2" 5 DEGRAUS	M	3,80
4.1.8	GUARDA-CORPO EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO 1 1/2"	M2	1,80
4.1.9	APLICAÇÃO DE PRIMER UNIVERSAL - 2 DEMÃOS	M²	7,16
4.1.10	PINTURA DE ACABAMENTO COM APLICAÇÃO DE 02 DEMÃOS DE ESMALTE OU ÓLEO SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS, INCLUSIVE LIXAMENTO	M²	7,16
4.1.11	PINTURA PARA EXTERIORES, SOBRE PAREDES, COM LIXAMENTO, APLICAÇÃO DE 01 DEMÃO DE SELADOR ACRÍLICO, 02 DEMÃOS DE MASSA ACRÍLICA E 02 DEMÃOS DE TINTA ACRÍLICA CONVENCIONAL	M²	30,00
4.2	FILTRO ASCENDENTE EM CONCRETO ARMADO		
4.2.1	CONCRETO ARMADO FCK= 25 MPA, FABRICADO EM OBRA, ADENSADO E LANÇANDO EM FORMAS PLANAS - PAREDE FILTRO ASCENDENTE	M3	0,20
4.2.2	PREPARO DO SUBSTRATO COM UTILIZAÇÃO DE HIDROJATEADORA DE AREIA, PARA LIMPEZA DE FERRAGENS E SUPERFÍCIES DE CONCRETO	M²	31,25



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

4.2.3	RECUPERAÇÃO DE CONCRETO FCK=25MPA, VIRADO EM BETONEIRA, NA OBRA	M3	1,25
4.2.4	LANÇAMENTO MANUAL DE CONCRETO EM ESTRUTURAS	M3	1,25
4.2.5	ESCADA TIPO MARINHEIRO EM TUBO AÇO GALVANIZADO 1 1/2" 5 DEGRAUS	M	3,75
4.2.6	GUARDA-CORPO EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO 1 1/2"	M2	1,80
4.2.7	APLICAÇÃO DE PRIMER UNIVERSAL - 2 DEMÃOS	M ²	7,07
4.2.8	PINTURA DE ACABAMENTO COM APLICAÇÃO DE 02 DEMÃOS DE ESMALTE OU ÓLEO SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS, INCLUSIVE LIXAMENTO	M ²	7,07
4.2.9	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULHANTE PARA RETIRADA DE LEITO FILTRANTE	M3	22,92
4.2.10	MATERIAL FILTRANTE (PEDREGULHO) 6,4 A 12,7mm	M3	3,27
4.2.11	MATERIAL FILTRANTE (PEDREGULHO) 12,7 A 19mm	M3	5,46
4.2.12	MATERIAL FILTRANTE (PEDREGULHO) 19 A 38mm	M3	5,46
4.2.13	PEDRA BRITADA N. 3 (38 A 50 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDORA.	M3	8,74
4.2.14	LEITO FILTRANTE - COLOCAÇÃO DE PEDREGULHO NOS FILTROS	M3	22,93
4.2.15	CALHA EM CONCRETO ARMADO FCK = 25MPA	M3	0,90
4.2.16	PINTURA PARA EXTERIORES, SOBRE PAREDES, COM LIXAMENTO, APLICAÇÃO DE 01 DEMÃO DE SELADOR ACRÍLICO, 02 DEMÃOS DE MASSA ACRÍLICA E 02 DEMÃOS DE TINTA ACRÍLICA CONVENCIONAL	M ²	63,00
4.3 FILTRO DESCENDENTE EM CONCRETO ARMADO			
4.3.1	PREPARO DO SUBSTRATO COM UTILIZAÇÃO DE HIDROJATEADORA DE AREIA, PARA LIMPEZA DE FERRAGENS E SUPERFÍCIES DE CONCRETO	M ²	31,25
4.3.2	RECUPERAÇÃO DE CONCRETO FCK=25MPA, VIRADO EM BETONEIRA, NA OBRA	M3	1,25
4.3.3	LANÇAMENTO MANUAL DE CONCRETO EM ESTRUTURAS	M3	1,25
4.3.4	ESCADA TIPO MARINHEIRO EM TUBO AÇO GALVANIZADO 1 1/2" 5 DEGRAUS	M	2,75
4.3.5	GUARDA-CORPO EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO 1 1/2"	M2	1,80
4.3.6	APLICAÇÃO DE PRIMER UNIVERSAL - 2 DEMÃOS	M ²	5,18
4.3.7	PINTURA DE ACABAMENTO COM APLICAÇÃO DE 02 DEMÃOS DE ESMALTE OU ÓLEO SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS, INCLUSIVE LIXAMENTO	M ²	5,18
4.3.8	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULHANTE PARA RETIRADA DE LEITO FILTRANTE	M3	
4.3.9	MATERIAL FILTRANTE (PEDREGULHO) 9,6 A 4,8MM	M3	4,00
4.3.10	AREIA PARA LEITO FILTRANTE (1,68 A 0,42MM)	M3	2,00
4.3.11	ANTRACITO	t	3,60
4.3.12	LEITO FILTRANTE - COLOCAÇÃO DE AREIA NOS FILTROS	M3	10,00
4.3.13	PINTURA PARA EXTERIORES, SOBRE PAREDES, COM LIXAMENTO, APLICAÇÃO DE 01 DEMÃO DE SELADOR ACRÍLICO, 02 DEMÃOS DE MASSA ACRÍLICA E 02 DEMÃOS DE TINTA ACRÍLICA CONVENCIONAL	M2	35,52
4.4 TUBULAÇÕES DA READEQUAÇÃO DOS FILTROS			
4.4.1	CURVA 90° - FOFO COM FLANGES - LINHA CLÁSSICA – DN150 PN10 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	2,00
4.4.2	VÁLVULA DE GAVETA – FOFO C/ FLANGES E CUNHA DE BORRACHA CORPO CURTO C/ VOLANTE – DN150 PN10 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	2,00
4.4.3	CURVA 45° - FOFO COM FLANGES - DN150 PN10 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	4,00
4.4.4	REDUÇÃO – FOFO COM FLANGES CONCÊNTRICA - LINHA CLÁSSICA – DN200X150 PN10 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	2,00
4.4.5	TÊ FOFO COM FLANGES - LINHA CLÁSSICA – DN200X200 PN10 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	3,00
4.4.6	TUBO FOFO COM FLANGES - LINHA CLÁSSICA – DN200 PN10 L=2,13M - FORNECIMENTO E	UNID	2,00



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

	INSTALAÇÃO		
4.4.7	VÁLVULA DE GAVETA – FOFO C/ FLANGES E CUNHA DE BORRACHA CORPO CURTO C/ VOLANTE – DN200 PN10 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	2,00
4.4.8	TUBO – FOFO COM FLANGE E PONTA PARA JUNTA ELÁSTICA JGS - LINHA CLÁSSICA – DN200 PN10 L=0,50M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00
4.4.9	TUBO CILÍNDRICO FOFO - PARA JUNTA ELÁSTICA JGS - LINHA CLÁSSICA – DN200 PN10 L=2,20M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00
4.4.10	TUBO FOFO CLASSE K7 PONTA E BOLSA COM JUNTA ELÁSTICA JGS - LINHA CLÁSSICA – DN200 PN10 L=6,00M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	2,00
4.4.11	TUBO EM AÇO INOX COM FLANGES – DN200 PN10 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	2,00
4.4.12	TUBO FOFO COM FLANGES - LINHA CLÁSSICA – DN200 PN10 L=1,37M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	2,00
4.4.13	TUBO FOFO CILÍNDRICO PARA JUNTA ELÁSTICA JGS - LINHA CLÁSSICA DN150 PN10 L=0,74M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00
4.4.14	TÊ FOFO COM BOLSAS E JUNTA ELÁSTICA JGS - LINHA CLÁSSICA – DN150X150 PN10 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	2,00
4.4.15	TUBO FOFO CILÍNDRICO PARA JUNTA ELÁSTICA JGS - LINHA CLÁSSICA – DN150 PN10 L=0,20M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00
4.4.16	TUBOFOFO COM FLANGE E PONTA PARA JUNTA ELÁSTICA JGS - LINHA CLÁSSICA – DN150 PN10 L=0,18M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00
4.4.17	TUBO FOFO COM FLANGE E PONTA PARA JUNTA ELÁSTICA JGS - LINHA CLÁSSICA – DN150 PN10 L=0,47M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00
4.4.18	TUBO FOFO COM FLANGE E PONTA PARA JUNTA ELÁSTICA JGS - LINHA CLÁSSICA – DN150 PN10 L=2,31M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00
4.4.19	TUBO FOFO COM FLANGE E PONTA PARA JUNTA ELÁSTICA JGS - LINHA CLÁSSICA – DN150 PN10 L=0,050M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	3,00
4.4.20	TUBO EM AÇO INOX COM FLANGES – DN100 PN10 L=2,59M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	2,00
4.4.21	TUBO EM AÇO INOX COM FLANGES – DN100 PN10 L=2,50M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	2,00
4.4.22	REDUÇÃO FOFO COM FLANGES CONCÊNTRICA - LINHA CLÁSSICA – DN150X100 PN10 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	2,00
4.4.23	TUBO FOFO COM FLANGES - LINHA CLÁSSICA – DN100 PN10 L=0,43M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	2,00
4.4.24	TUBO FOFO CLASSE K7 PONTA E BOLSA COM JUNTA ELÁSTICA JGS - LINHA CLÁSSICA – DN200 PN10 L=6,00M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00
4.4.25	TUBO FOFO CILÍNDRICO PARA JUNTA ELÁSTICA JGS - LINHA CLÁSSICA – DN200 PN10 L=0,29M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00
4.4.26	TUBO FOFO CILÍNDRICO PARA JUNTA ELÁSTICA JGS - LINHA CLÁSSICA – DN200 PN10 L=0,70M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00
4.4.27	TÊ FOFO COM BOLSAS E JUNTA ELÁSTICA JGS - LINHA CLÁSSICA – DN200X100 PN10 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00
4.4.28	TUBO FOFO CILÍNDRICO PARA JUNTA ELÁSTICA JGS - LINHA CLÁSSICA – DN200 PN10 L=2,97M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00
4.4.29	CURVA 45° FOFO COM BOLSAS E JUNTA ELÁSTICA JGS - LINHA CLÁSSICA – DN200 PN10 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00
4.4.30	TUBO FOFO CILÍNDRICO PARA JUNTA ELÁSTICA JGS - LINHA CLÁSSICA – DN100 PN10 L=0,51 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00
4.4.31	CURVA 90° FOFO COM BOLSAS E JUNTA ELÁSTICA JGS - LINHA CLÁSSICA – DN80 PN10 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	2,00
4.4.32	TÊ FOFO COM BOLSAS E JUNTA ELÁSTICA JGS - LINHA CLÁSSICA – DN100X100 PN10 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00
4.4.33	TUBO FOFO CILÍNDRICO PARA JUNTA ELÁSTICA JGS - LINHA CLÁSSICA – DN100 PN10 L=0,39M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	2,00



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

4.4.34	TUBO FOFO CILÍNDRICO PARA JUNTA ELÁSTICA JGS - LINHA CLÁSSICA – DN150 PN10 L=0,40M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00
4.4.35	CURVA 90° FOFO COM BOLSAS E JUNTA ELÁSTICA JGS - LINHA CLÁSSICA – DN150 PN10 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	4,00
4.4.36	TUBO FOFO CILÍNDRICO PARA JUNTA ELÁSTICA JGS - LINHA CLÁSSICA – DN150 PN10 L=1,26M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00
4.4.37	TUBO FOFO CILÍNDRICO PARA JUNTA ELÁSTICA JGS - LINHA CLÁSSICA – DN150 PN10 L=1,42M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00
4.4.38	TUBO FOFO CILÍNDRICO PARA JUNTA ELÁSTICA JGS - LINHA CLÁSSICA - DN150 PN10 L=0,23M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	2,00
4.4.39	FORNECIMENTO E LANÇAMENTO DE CONCRETO ARMADO, FCK = 15MPA EM BLOCO DE ANCORAGEM	M3	2,59
4.5	RESERVATÓRIO DE LAVAGEM ELEVADO		
4.5.1	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO PARA CAIXA D'ÁGUA DE 20 m ³ , COM 9 METROS LIVRES	UNID	2,00
4.5.2	ADAPTADOR SOLDÁVEL PRFV COM INIBIDOR DE UV - COM ANEL PARA CAIXA D'ÁGUA DN 150 mm - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	4,00
4.5.3	TUBO PRFV COM INIBIDOR DE UV - COM BOLSAS E JUNTA ELÁSTICA JGS DN 150 mm - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	32,00
4.5.4	CURVA 90° PRFV COM INIBIDOR DE UV - COM BOLSAS E JUNTA ELÁSTICA JGS - DN 150mm - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	2,00
4.5.5	TÊ PRFV COM INIBIDOR DE UV - COM BOLSAS E JUNTA ELÁSTICA JGS - DN 150 X 150 mm - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	2,00
4.5.6	CURVA 45° PRFV COM INIBIDOR DE UV - COM BOLSAS E JUNTA ELÁSTICA JGS - DN 150mm - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	4,00
4.5.7	ADAPTADOR SOLDÁVELPRFV COM INIBIDOR DE UV - COM ANEL PARA CAIXA D'ÁGUA DN 100 mm - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	2,00
4.5.8	TUBO PRFV COM INIBIDOR DE UV - COM BOLSAS E JUNTA ELÁSTICA JGS DN 100 mm - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	32,00
4.5.9	CURVA 90° PRFV COM INIBIDOR DE UV - COM BOLSAS E JUNTA ELÁSTICA JGS - DN 100mm - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	2,00
4.5.10	CURVA 45° PRFV COM INIBIDOR DE UV - COM BOLSAS E JUNTA ELÁSTICA JGS - DN 100mm - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	4,00
4.6	SERVIÇOS ELETROMECÂNICOS		
4.6.1	FORNECIMENTO E MONTAGEM DE MOTOR PARA BOMBA CENTRÍFUGA Q=117,80L/S, AMT 8,20M, POT 20CV, 1.750 RPM - LAVAGEM DE FILTROS	UNID	1,00
5	TANQUE DE EQUALIZAÇÃO		
5.1	ESTRUTURA		
5.1.1	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA	M3	49,60
5.1.2	BOTA FORA	M3	49,60
5.1.3	CONCRETO MAGRO e=5 cm	M3	1,85
5.1.4	CONCRETO ESTRUTURAL FCK= 25 MPA, FABRICADO EM OBRA, ADENSADO E LANÇANDO EM FORMAS PLANAS	M3	29,07
5.1.5	CIMBRAMENTO DE MADEIRA PARA ESTRUTURA DO RESERVATÓRIO	M3	89,60
5.1.6	IMPERMEABILIZAÇÃO COM MANTA ELASTOMÉTRICA PEAD	M2	145,36
5.2	MATERIAIS		
5.2.1	REDUÇÃO FOFO COM FLANGES CONCÊNTRICA - LINHA CLÁSSICA - DN150X80 PN10 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	2,00
5.2.2	TUBO FOFO COM FLANGES - LINHA CLÁSSICA - DN150 PN10 L=1,82M - FORNECIMENTO E	UNID	2,00



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

	INSTALAÇÃO		
5.2.3	CURVA 90° FOFO COM FLANGES - LINHA CLÁSSICA – DN150 PN10 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	4,00
5.2.4	TUBO FOFO COM FLANGES - LINHA CLÁSSICA – DN150 PN10 L=0,36 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	2,00
5.2.5	VÁLVULA DE GAVETA FOFO C/ FLANGES E CUNHA DE BORRACHA CORPO CURTO C/ VOLANTE - DN150 PN10 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	2,00
5.2.6	TUBO FOFO COM FLANGES - LINHA CLÁSSICA – DN150 PN10 L=0,60M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00
5.2.7	JUNÇÃO FOFO 45° COM FLANGES - LINHA CLÁSSICA – DN150X150 PN10 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00
5.2.8	TUBO FOFO COM FLANGES - LINHA CLÁSSICA – DN150 PN10 L=0,46M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00
5.2.9	TUBO FOFO COM FLANGES - LINHA CLÁSSICA – DN150 PN10 L=3,29M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00
5.2.10	TUBO FOFO COM FLANGE E PONTA PARA JUNTA ELÁSTICA JGS - LINHA CLÁSSICA – DN150 PN10 L=0,16M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00
5.2.11	CURVA 45° FOFO COM FLANGES - LINHA CLÁSSICA – DN150 PN10 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00
5.2.12	TUBO FOFO COM FLANGES - LINHA CLÁSSICA – DN150 PN10 L=0,70M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00
5.2.13	REDUÇÃO FOFO COM FLANGES CONCÊNTRICA - LINHA CLÁSSICA – DN80X50 PN10 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	2,00
5.2.14	TUBO FOFO COM FLANGES - LINHA CLÁSSICA – DN80 PN0 L=2,75M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	2,00
5.2.15	CURVA 90° FOFO COM FLANGES - LINHA CLÁSSICA – DN80 PN10 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	2,00
5.2.16	TUBO FOFO COM FLANGES - LINHA CLÁSSICA – DN80 PN10 L=1,76M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	2,00
5.2.17	VÁLVULA DE GAVETA FOFO C/ FLANGES E CUNHA DE BORRACHA CORPO CURTO C/ VOLANTE – DN80 PN10 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	2,00
5.2.18	CURVA 45° FOFO COM FLANGES - LINHA CLÁSSICA – DN80 PN10 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00
5.2.19	TUBO FOFO COM FLANGES - LINHA CLÁSSICA – DN80 PN10 L=0,36M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00
5.2.20	TUBO FOFO COM FLANGES - LINHA CLÁSSICA – DN80 PN10 L=0,27M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00
5.2.21	JUNÇÃO 45° COM FLANGES - LINHA CLÁSSICA - DN80X80 PN10 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00
5.2.22	VALVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL - DN150 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	2,00
5.2.23	VALVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL - DN80 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	2,00
5.3	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS/MECÂNICA		
5.3.1	CABOS ELÉTRICOS PARA ACIONAMENTO DO MOTOR DE INDUÇÃO	M	60,00
5.3.2	QUADRO DE COMANDO ELÉTRICO TRIFÁSICO COM 03 (TRÊS) SISTEMAS DE PARTIDA COM AS SEGUINTESESPECIFICAÇÕES: POTÊNCIAS INDIVIDUAIS DAS CARGAS A SEREM PARTIDAS: 2X1 CV, 2X20 CV, 2X20 CV TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO DO QUADRO E CARGAS: 380 V; TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO DO COMANDO DO QUADRO: 220 V - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00
5.3.3	BOMBAS SUBMERSÍVEIS PARA RETIRADA DO LODO. VAZÃO: 262M ³ /H; POTÊNCIA: 20,0 CV E ALTURA MANOMÉTRICA: 13,00 MCA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	2,00
5.3.4	BOMBAS SUBMERSÍVEIS PARA RETIRADA DO LODO. VAZÃO: 15M ³ /H; POTÊNCIA: 1,0 CV E ALTURA MANOMÉTRICA: 8,00 MCA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	2,00



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

6	CASA DE QUÍMICA		
6.1	PINTURA ACRILICA EXTERNA	M2	62,24
6.2	PINTURA LÁTEX PVA - INTERNA	M2	62,24
6.3	PINTURA DE ESQUADRIAS EM ESMALTE SINTÉTICO	M2	12,72
6.4	KIT DE PREPARAÇÃO E DOSAGEM – BARRILHA – SOLUÇÃO DE 10% DE CONCENTRAÇÃO – BOMBA PERISTALTICA, VAZÃO 50L/H, 220V, CONTRAPRESSÃO MÍNIMA DE 5 BAR – TANQUE EM POLIPROPILENO, COM FUNDO LEVEMENTE CÔNICO E TAMPA PLANA – MOTOR AGITADOR ACOPLADO AO TANQUE – CAPACIDADE TOTAL DO TANQUE DE 500 LITROS	UNID	2,00
6.5	KIT DE PREPARAÇÃO E DOSAGEM – SULFATO GRANULADO ISENTO DE FERRO – 5% DE CONCENTRAÇÃO – BOMBA PERISTALTICA, VAZÃO 50L/H, 220V, CONTRAPRESSÃO MÍNIMA DE 5 BAR – TANQUE EM FIBRA DE VIDRO, COM FUNDO LEVEMENTE CÔNICO E TAMPA PLANA – MOTOR AGITADOR ACOPLADO AO TANQUE – CAPACIDADE TOTAL DO TANQUE DE 500 LITROS	UNID	1,00
6.6	KIT DE PREPARAÇÃO E DOSAGEM – CLORO (DICLORO ISOCIANÚRICO) – 5% DE CONCENTRAÇÃO – BOMBA PERISTALTICA, VAZÃO 50L/H, 220V, CONTRAPRESSÃO MÍNIMA DE 5 BAR – TANQUE EM FIBRA DE VIDRO, COM FUNDO LEVEMENTE CÔNICO E TAMPA PLANA – MOTOR AGITADOR ACOPLADO AO TANQUE – CAPACIDADE TOTAL DO TANQUE DE 500 LITROS	UNID	1,00
6.7	TUBO PVC DN 25 mm - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	84,36
6.8	REGISTRO DN 25 mm - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	4,00
6.9	JOELHO DE 90° DN 25 mm - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	38,00
6.10	NIPLE DE PVC DN25mm - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	4,00
7	URBANIZAÇÃO		
7.1	CERCA COM MORÕES DE CONCRETO SEÇÃO "T", ONZE FIOS DE ARAME FARPADO	M	40,00
7.2	PODA DE ARVORES, COM LIMPEZA DE GALHOS SECOS E RETIRADA DE PARASITAS, INCLUINDO REMOCAO DE ENTULHO	UNID	3,00

4 DIMENSIONAMENTO

a. CALCULO DA POPULAÇÃO EM PROJETO

Considerando projeto com alcance de 20 anos , t = 2038 e t0 = 2018 e que a população em 2018 foi estimada em 4535 habitantes e uma taxa de crescimento adotada de 1,2% a.a, temos:

Número de Residências	1000und
Taxa de Ocupação	4 hab/und
População Inicial	4000hab
Alcance do projeto	20 anos
Taxa de crescimento anual adotada	1,2% ao ano
População Final	5078hab

b. CALCULO DA VAZÃO

Segue abaixo os valores de vazão necessários para atender o povoado no início e no fim do plano.

ANO	VAZÃO (l/s)		
	Média Diária	Máxima Diária	Máxima Horária
2016	6,94	8,33	12,50
2036	8,82	10,58	15,86

Onde:

- Vazão média:

$$Q_M = \frac{Pop. \times q}{86400}$$

- Vazão máxima diária:

$$Q_{MD} = \frac{Pop. \times q \times K_1}{86400}$$

- Vazão máxima horária:

$$Q_{MH} = \frac{Pop. \times q \times K_1 \times K_2}{86400}$$



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

c. ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA

A referida Estação de Tratamento será capaz de tratar a vazão de projeto de 36 m³/h, sendo composta por 01 câmara de carga para vazão de 36 m³/h, 02 filtros ascendentes de pedregulho, em concreto armado, e 02 filtros descendentes

d. CÂMARA DE CARGA

A água coagulada será encaminhada à câmara de carga, composta de um tanque prismático, diâmetro 2,90 m² x 3,15 m de altura, fabricada em concreto armado, **Já existente**.

e. FILTRAÇÃO ASCENDENTE

Serão 2 conjuntos filtrantes, cada conjunto é composto de 1 filtro ascendente de pedregulho, seguido por 1 filtro descendente, cada conjunto receberá, durante a filtração, 1/2 da vazão da ETA, (36 / 2 = 18 m³/h) e durante a lavagem cada conjunto receberá a vazão total da ETA, 36 m³/h, devido a retirada de funcionamento de um dos conjuntos.

MEIO FILTRANTE

As camadas filtrantes devem atender a NBR 12216 - Projeto de estação de tratamento de água para abastecimento público, visto que não foram realizados ensaios para determinação da melhor combinação dos parâmetros.

LAVAGEM DOS FILTROS ASCENDENTES

A lavagem dos filtros ascendentes será realizada em cada filtro por meio da aplicação de água filtrada, com velocidade ascensional de 0,80 m/min., durante 15 minutos. A água para lavagem será proveniente de reservatório apoiado com capacidade prevista para tal finalidade, e bombeada através de conjunto moto bomba.

Serão também realizadas descargas de fundo intermediárias com aplicação de água na interface, esta operação será realizada algumas vezes ao longo das carreiras de filtração, isto é, entre lavagens sucessivas em um mesmo filtro, consistindo basicamente em se abrir à descarga de fundo do filtro e, ao mesmo tempo, introduzir-se água na interface camada suporte/camada de areia.

Vazão da água de lavagem para velocidade ascensional de 0,80 m/min:

$$Q = V.A; Q = \frac{0,80\text{m/min} \cdot 5,46\text{m}^2}{60\text{s/min}} = 0,0728 \text{ m}^3/\text{s} = 262,08 \text{ m}^3/\text{h}$$

Volume de água utilizado para lavagem de um filtro - tempo de lavagem (TL) igual a 10min

$$Vol = Q.T; Vol = \frac{0,0728\text{m}^3}{\text{s}} \cdot 60 \frac{\text{s}}{\text{m}} \cdot 15 \text{ min} = 65,52 \text{ m}^3$$

f. Filtração Descendente

Serão 2 conjuntos filtrantes, cada conjunto é composto de 1 filtro ascendente de pedregulho, seguido por 1 filtro descendente, cada conjunto receberá, durante a filtração, 1/2 da vazão da ETA, (36 / 2 = 18 m³/h) e durante a lavagem cada conjunto receberá a vazão total da ETA, 36 m³/h, devido a retirada de funcionamento de um dos conjuntos.

Os filtros descendentes serão compostos por camada de areia apoiada em camada de pedregulho disposta sobre o fundo do filtro.

LAVAGEM DOS FILTROS DESCENDENTES

A lavagem dos filtros ascendentes será realizada em cada filtro por meio da aplicação de água filtrada em contra-corrente, com velocidade ascensional de 0,60 m/min., durante 8 a 10 minutos.

A água para lavagem será proveniente de **reservatório elevado em PVC** com capacidade prevista para tal finalidade.

Vazão da água de lavagem para velocidade ascensional de 0,6 m/min:

$$Q = V.A; Q = \frac{0,6\text{m/min} \cdot 4\text{m}^2}{60\text{s/min}} = 0,040\text{m}^3/\text{s} = 144,00 \text{ m}^3/\text{h}$$

Volume de água utilizado para lavagem de um filtro - tempo de lavagem (TL) igual a 10min.

$$Vol = Q.T; Vol = \frac{0,040\text{m}^3}{\text{s}} \cdot 60 \frac{\text{s}}{\text{m}} \cdot 10 \text{ min} = 24,00 \text{ m}^3$$



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

g. ESTAÇÃO ELEVATÓRIA

ESTAÇÃO ELEVATÓRIA – TANQUE DE RECIRCULAÇÃO

Será instalado no tanque de recirculação dois conjuntos moto bombas submersível, **conforme planta em anexo**, para extrair água do Reservatório decantador.

Os conjuntos moto bomba deverão ser capazes de aduzir vazão de 262m³/h a uma altura manométrica de 13,00 m e potência de 20 cv.

O recalque possui extensão até a câmara de coagulação, em tubo FOFO, com diâmetro de 150 mm. Neste trecho adutor será imposta uma velocidade no recalque de 4,12 m/s e perda de carga total de 4,38 metros.

ESTAÇÃO ELEVATÓRIA – LODO

Será instalado no tanque de recirculação dois conjuntos moto bombas submersível para, **conforme planta em anexo**, extrair lodo do Reservatório decantador.

Os conjuntos moto bomba deverão ser capazes de aduzir vazão de 15m³/h a uma altura manométrica de 8,00 m e potência de 1 cv.

O recalque possui extensão até o leito de secagem, em tubo FOFO, com diâmetro de 80 mm.

h. CASA DE QUÍMICA

Cloro (dicloroisocianúrico): na adutora de água tratada;

Barrilha : na adutora de água bruta e tratada.

Sulfato granulado isento de ferro: na adutora de água bruta;

5 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

O conjunto das especificações à seguir procura contemplar todas as situações que devem ocorrer quando da execução dos serviços. Caso surjam condições muito específicas não abordadas deve-se, preferencialmente, seguir as recomendações estabelecidas pela Legislação Brasileira, ou ainda, as próprias da CONCESSIONÁRIA.

4.1. SERVIÇOS

Os serviços serão executados na Captação de água bruta e na estação de tratamento de água do povoado Tatuamunha – Porto de Pedras – Alagoas.



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS



4.1.1. MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE OBRA

A mobilização e desmobilização compreendem em geral todos os recursos e providências necessárias à perfeita execução dos serviços, de acordo com as condições estabelecidas nestas especificações e relacionadas a seguir:

A CONTRATADA deverá **designar um Engenheiro** com experiência comprovada no ramo, devidamente registrado no CREA, responsável pelo serviço para, em seu nome, com plenos poderes decisórios, representá-lo perante a CASAL, em todos os assuntos relativos aos serviços. No caso de impedimento do responsável indicado, o mesmo poderá ser substituído por outro profissional com “currículo” equivalente, devidamente submetido à aprovação da CASAL.

A indicação do referido técnico à CASAL se fará acompanhada do respectivo “Currículo” e número de registro no CREA, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato e/ou da emissão da ordem de serviços inicial, ou, em quaisquer outras circunstâncias, e a qualquer época, em atendimento a solicitações da CASAL. Ainda, exige-se que pelo menos um atestado seja fornecido pela pessoa jurídica de direito público ou privado contratada para o serviço, devidamente registrado no CREA ou acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA, em nome de profissional de nível superior legalmente habilitado, integrante do quadro permanente da licitante, onde fique comprovada a sua responsabilidade técnica na execução de obra de construção, compatível com o serviço executado.

A CONTRATADA deverá, sempre que chegar ao local dos serviços, colocar em lugar visível, cavalete de identificação, conforme Modelo Padrão do Governo do Estado e CASAL. O modelo será fornecido no ato da assinatura do contrato.

4.1.2. MELHORIAS NA BARRAGEM DE ÁGUA BRUTA

LIMPEZA DA BARRAGEM

Deverá ser feita a limpeza na barragem da captação, 600m² com trabalho manual e 1.800m² com trabalho mecanizado, para a retirada de vegetação rasteira.



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

EXECUÇÃO DE BOTA-FORA

Os resíduos gerados pelas limpezas, bem como a retirada do solo, serão carregados em caminhão coletor de entulhos para disposição final. O entulho gerado será carregado em caminhão tipo caçamba, com capacidade aproximada de 6m³ e transportado até local de despejo num raio de distância inferior a 10km. A disposição final dos resíduos sólidos gerados é de responsabilidade da CONTRATADA e deve seguir a legislação ambiental vigente.

EXECUÇÃO DA ENSECADEIRA

O corpo da barragem de pedra rachão argamassada, se encontra com alguns vazamentos, para a impermeabilização deverá ser executada uma ensecadeira de madeira eucalipto, ou equivalente na região, para escoramento e viga de madeira em maçaranduba, ou equivalente.

IMPERMEABILIZAÇÃO DA SUPERFÍCIE DA BARRAGEM

Para a estanqueidade do corpo da barragem, deverá ser executada a impermeabilização com argamassa de cimento e areia, traço 1:3, com aditivo impermeabilizante e E=3cm.

4.1.3. MELHORIAS CASA DE BOMBA – EEAB

TINTA ACRÍLICA NA COR BRANCA

Serão executadas as pinturas com tinta Látex PVA na cor branca, em duas demãos, na área total interna e externa do muro frontal, lateral e posterior.

TINTA ACRÍLICA NA COR VERDE E AZUL

Serão executadas as pinturas com tinta Látex PVA na cor verde e azul da abertura da logomarcas da CASAL, em duas demãos, em trecho pré-estabelecido e de fácil visualização.

TINTA ESMALTE SINTÉTICO AZUL CELESTE

Serão executadas pinturas com tinta esmalte sintéticas na cor azul no padrão de portão Casal.

4.1.4. READEQUAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA

CÂMARA DE CARGA

Deverá ser assentado um medidor de vazão velocimétrico tipo axial – DN150, na adutora de água bruta, antes da entrada na câmara de coagulação, para sua proteção uma caixa de inspeção 60x60x60cm em tijolo maciço, revestida de argamassa em cimento e areia traço 1:4, com tampa pré-moldada de concreto.

TRATAMENTO DE REGIÕES COM DESPLACAMENTO DE CONCRETO

1. Preparação da superfície do concreto

- Lixamento para obtenção de superfícies onde o concreto seja são e limpo;
- Aplicação de hidrojateamento a alta pressão, para limpeza da superfície já lixada.

2. Escarificação do substrato e remoção do concreto degradado

- Remover completamente todo concreto solto, contaminado, fraco, deslocado, laminado ou trincado, óleos, graxas, sais e quaisquer outras contaminações existentes;
- O concreto deverá ser cortado com ferramentas adequadas ao tipo de serviço, de modo que o substrato fique em forma rugosa, sólida e limpa;
- O corte deve deixar um espaço livre para a aplicação do adesivo estrutural, tixotropico, bicomponente, a base de resina epóxi.

3. Reconstrução do concreto de cobrimento

O recobrimento da armadura deve ser realizado, a partir das etapas indicadas a seguir:

- Quando não forem necessárias formas, a seção pode ser recomposta com concreto convencional, moldado no local e aditivado;
- Havendo necessidade de formas, é preferível utilizar o concreto projetado, aditivado e desempenado; em ambos os casos, há que se levar em conta as vibrações provocadas pelo tráfego bem como efetuar cura prolongada, mínima de sete dias;



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

- A resistência característica do concreto novo não deve ser 20% superior à do concreto existente.

PINTURA CÂMARA DE CARGA, FILTRO ASCENDENTE, FILTRO DESCENDENTE, RESERVATÓRIO DE LAVAGEM

Serão executadas as pinturas com tinta acrílica na cor branca, em duas demãos, na área total externa.

FILTROS DESCENDENTE

Deverá ser executado uma parede em concreto armado, conforme indicado na planta em anexo.

Todo material filtrante existente no filtro, deverá ser retirado e colocado um novo, os volumes encontram-se na planilha de serviços e as alturas de cada leito filtrante estão indicados na planta em anexo.

Todo material de entulho será carregado em caminhão coletor de entulhos para disposição final. O entulho gerado será carregado em caminhão tipo caçamba, com capacidade aproximada de 6m³ e transportado até local de despejo num raio de distância inferior a 10km. A disposição final dos resíduos sólidos gerados é de responsabilidade da CONTRATADA e deve seguir a legislação ambiental vigente.

Nas duas câmaras do filtro ascendente, deverá ser implantada uma calha em PRFV do tipo vertedor triangular DN400mm e comprimento de 2,95 metros.

TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO DE TUBOS

Os materiais serão transportados ao local da obra pela CONTRATADA, correndo por conta da mesma o risco e responsabilidade por eventuais perdas ou danos.

Em todas as fases do transporte, inclusive manuseio e empilhamento, devem ser tomados todas as providências para evitar choques que afetem a integridade dos materiais, e atritos que, causando ranhuras, comprometam os tubos em sua estanqueidade.

ASSENTAMENTO DOS TUBOS

Antes do assentamento deve-se verificar cuidadosamente o estado dos tubos, assim como seu interior, para a retirada dos corpos estranhos. A cada interrupção dos trabalhos, a extremidade da tubulação já colocada deve ser fechada com um tampão, para evitar a entrada de animais ou introdução de corpos estranhos.

4.1.5. RESERVATÓRIO DE LAVAGEM ELEVADO

Existem 03 reservatórios de PVC de 20m³ na ETA, 02 reservatórios serão usados para reservação da água de lavagem dos filtros descendentes, que será alimentado através de recalque, conforme barrilete na **planta em anexo**.

Os 02 reservatórios serão elevados através de estrutura em concreto armado, com 9 metros livres de altura, afim de fornecer pressão suficiente para vencer a perda de carga das tubulações e leitos filtrantes do filtro ascendente.

Todas as tubulações visíveis (que não estejam enterradas) do barrilete de alimentação e distribuição serão em PRFV. Todos os tubos e conexões de PRFV serão com inibidor de raios UV.

4.1.6. SERVIÇOS ELETROMECÂNICOS

Fornecimento e Montagem de Motor para Bomba Centrífuga Q=117,80l/s, Amt 8,20m, Pot.20cv - Lavagem de Filtros, apenas 01 (um) motor, visto que se encontram na ETA 02 (duas) bombas e um motor.

Bombas submersíveis para água clarificada do tanque de equalização. Vazão: 262m³/h; potência: 20,0 cv e altura manométrica: 13,00 m.c.a. - Fornecimento e instalação.

Bombas submersíveis para retirada do lodo. Vazão: 15m³/h; potência: 1,0 cv e altura manométrica: 8,00 mca - fornecimento e instalação

4.1.7. TANQUE DE EQUALIZAÇÃO



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

CONCRETO MAGRO

Depositar a brita e concreto magro na área, nivelando com o auxílio de régua e colher. Essa camada de regularização de brita e concreto magro devem ter 10 cm e 5 cm respectivamente de espessura no mínimo, é importante para garantir que a umidade do solo não ataque a armadura.

CONCRETO ESTRUTURAL

Os processos de mistura, manual ou mecânica, deverão atender aos itens 12.2 e 12.3 da NBR-6118 (NB-1/78 da ABNT).

Nas estruturas em contato com líquido ou sujeitas a ataque de agentes agressivos, somente será permitida a mistura mecânica, com o uso de betoneiras estacionárias.

O concreto não poderá ser re-dosado após o início de pega.

O concreto dosado em central deverá atender a especificação NBR-7212 (EB-136 da ABNT).

As formas e escoramentos deverão ser executadas de acordo com o item 9 da NBR-6118 (NB-1 da ABNT).

As formas que darão continuidade à estrutura deverão se sobrepor ao concreto endurecido do lance anteriormente executado em uma faixa de igual ou maior a 10 cm. Deverão ser fixados com firmeza, de maneira que com a colocação do concreto novo elas não se larguem nem permitam perda de nata de cimento nas juntas.

As formas deverão ser estanques, lisas, solidamente estruturadas e apoiadas, untadas com óleo que facilite a desforma e não manche a superfície do concreto.

As formas só poderão ser liberadas após a aprovação fiscalização.

IMPERMEABILIZAÇÃO

A impermeabilização do tanque de equalização, deverá ser em manta elastomérica PEAD aplicada conforme especificação do produto. Após o tempo de cura deverá ser realizado teste de estanqueidade do reservatório.

BARRILETES

Os barriletes de sucção e recalque das bombas, deverão ser em FOFO. Os registros e válvulas de retenção ficarão externos em uma caixa de concreto com tampa.

4.1.8. DOSAGEM QUIMICA

Os produtos químicos serão dosados com o auxílio de kits de preparação, específicos para cada produto. Os Kits contam com um tanque de 500 litros, um misturador acoplado na tampa do tanque e as bombas dosadoras. **Especificamente para o produto BARRILHA, o tanque deverá ser em polipropileno, devido ao calor gerado na reação.**

A distribuição do produto será em tubulação de PVC DN25mm.

4.1.9. URBANIZAÇÃO

Alguns pontos do cercamento do terreno, encontram-se com avarias, deverá ser substituído todo mourão e arame farpado que se encontre em más condições.

PINTURA

a) TINTA LÁTEX PVA NA COR BRANCA

Serão executadas as pinturas com tinta Látex PVA na cor branca, em duas demãos, na área total interna e externa do muro frontal, lateral e posterior.

b) TINTA LÁTEX PVA NA COR VERDE E AZUL

Serão executadas as pinturas com tinta Látex PVA na cor verde e azul da abertura da logomarcas da CASAL, em duas demãos, em trecho pré-estabelecido e de fácil visualização.

c) TINTA ESMALTE SINTÉTICO AZUL CELESTE

Serão executadas pinturas com tinta esmalte sintéticas na cor azul no padrão de portão Casal.



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

6 GESTOR E FISCAL

A gestão e a fiscalização do contrato será exercida por funcionário indicado pela Superintendência de Engenharia – SUENG.

7 ESTIMATIVA DE CUSTOS

Em anexo apresenta-se uma planilha orçamentária contendo a relação de serviços e materiais necessários à execução dos serviços.

8 PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução do Contrato é de 180(cento e oitenta) dias contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço emitida pela CASAL.

9 PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Contrato é de 240 (duzentos e quarenta) dias contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço emitida pela CASAL.

10 GARANTIA

A Ordem de Serviço para dar início aos trabalhos ora contratados, só será assinada após entrega, por parte do licitante contratado, de Garantia no valor que corresponda a 5%(cinco por cento) do valor do contrato.

A Contratada poderá optar por uma das seguintes modalidades de Garantia, nos termos do artigo 164, § 1º Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CASAL – RILC:

- a. Dinheiro
- b. Seguro-garantia;
- c. Fiança bancária.

Na hipótese de prorrogação do contrato, a garantia deve ser atualizada para o valor do contrato. A garantia será devolvida ao final do contrato e sendo que a garantia em dinheiro, esta será corrigida pela TR.

11 ACRESCIMO

A alteração quantitativa poderá ocorrer, nas mesmas condições contratuais, quando for necessário acréscimo ou supressões do objeto até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme o art. 171, § 2º, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios CASAL - RILC.

12 PRORROGAÇÃO

O Contrato poderá ser prorrogado até que se conclua os serviços ora contratados.

13 FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será procedido após apresentação da Nota Fiscal Fatura protocolada e devidamente conferida e atestada pelo gestor do Contrato, contando-se o prazo de 30(trinta) dias a partir do seu lançamento no sistema de controle de pagamento da CASAL.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:A CONTRATADA quando do faturamento, deverá apresentar ao gestor do contrato, os seguintes documentos, com data de validade atualizada:

- Certidão Negativa de Débito do INSS;
- Certidão Negativa de Débito do FGTS;
- Certidão Negativa atualizada de Débito junto a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

PARÁGRAFO SEGUNDO:A não apresentação dos documentos acima elencados ao gestor do contrato no prazo de 30(trinta) dias, ensejará a rescisão deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO:Nenhum pagamento será feito sem que a CONTRATADA tenha recolhido o valor da multa eventualmente aplicada.

PARÁGRAFO QUARTO:A emissão antecipada do documento fiscal não implicará adiantamento para pagamento da obrigação. Havendo erro na Nota Fiscal a mesma será devolvida à CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO:Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada à contratada, ficando o pagamento pendente até que se providenciem as medidas saneadoras, não acarretando ônus para a CASAL.

PARÁGRAFO SEXTO:Os pagamentos serão efetuados através de depósito bancário em conta corrente da CONTRATADA: Banco.....Agência C/C.....

PARÁGRAFO SÉTIMO:No caso de pagamento não efetuado no prazo estabelecido, o valor em atraso será corrigido pelo IPCA, desde o inadimplemento até a data do efetivo pagamento.

14 OBRIGAÇÕES DAS LICITANTES

a. HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

- 13.3.** Somente se admitirá a participação de sociedades interligadas, quando no mesmo consórcio.
- 13.4.** Indicação do responsável técnico ou equipe de profissionais responsáveis técnicos que participarão da condução dos serviços, conforme Modelo A (anexo).
- 13.5.** O(s) responsável(eis) técnico(s) deve(m) apor assinatura de aceite na declaração constante do subitem 16.2.2 acima.
- 13.6.** Certidão de Registro de Regularidade de Situação junto ao CREA da Proponente e dos profissionais de seu quadro, que não estejam relacionados na Certidão de Pessoa Jurídica, envolvidos diretamente na presente Licitação.
- 13.7.** Não serão aceitas certidões positivas.
- 13.8.** Comprovação da Capacidade Técnica Operacional - Experiência da Proponente.

A Proponente deverá comprovar experiência por meio de atestados de execução e conclusão bem-sucedida, emitidos em seu nome, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, de obras de mesma natureza, em quantidades iguais ou superiores às parcelas de maior relevância do objeto da presente Licitação, discriminadas abaixo:

c) EXECUÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA PARA VAZÃO MÍNIMA DE 36 M3/H.

13.8.2. Quando o atestado tratar-se de Unidades Localizadas (Estação de Tratamento, Elevatórias e Reservatórios), não será admitido o somatório de quantidades constantes do atestado, para comprovação de atendimento dos itens de vazão, de potência, decapacidade de reservação e de tratamento. Quando se tratar de Unidades Lineares (Adutoras, Redes e Quantidades de Ligações Prediais), será admitido o somatório das quantidades constantes dos Atestados para comprovação de atendimento a estes itens.

13.8.3. No caso da Proponente utilizar para comprovação das exigências mínimas, testado(s) de obras, referente(s) a contratos executados sob o regime de consórcio, as quantidades consideradas serão apenas aquelas relativas a parcela de participação da Proponente na composição do consórcio, conforme estiver discriminado no atestado ou, na ausência desta informação no documento, por cópia do ato constitutivo do consórcio, devidamente registrado no órgão competente que deverá acompanhar o mesmo. Salvo se constarem expressamente do atestado o objeto realizado por cada uma das empresas consorciadas.

13.8.4. No caso da Proponente utilizar para comprovação das exigências mínimas,



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

atestado(s) de obras, referentes a contratos executados sob o regime sub-contratação, somente serão aceitos aqueles atestados que tenham sido emitidos diretamente pela contratante principal (proprietária do empreendimento), ou que estejam acompanhados de declaração da mesma, ratificando as quantidades executadas bem como os demais dados do(s) atestado(s).

13.8.5. No caso de uma Proponente ser detentora da proposta de menor preço para mais de um lote, quando couber, para fins de habilitação técnica deverá atender ao somatório dos quantitativos mínimos exigidos no subitem 16.2.6 deste Capítulo, correspondentes a cada um desses lotes.

13.8.6. Caso o somatório dos quantitativos mínimos estabelecidos não seja atingido, será observada para aplicação do critério de habilitação, a ordem de preferência de lotes onde a mesma deverá apresentar Declaração, conforme Modelo B (anexo). Na eventual ausência da declaração será considerada a ordem sequencial dos lotes da licitação.

13.9. Comprovação de Capacidade Técnica Profissional - Experiência Profissional.

A Proponente deverá comprovar que possui em seu quadro funcional, na data estipulada para a entrega desta documentação, um ou mais profissionais de nível superior, com registro no órgão profissional competente, detentor de CAT emitida pelo CREA, ou respectivo conselho de classe, devidamente acompanhada do atestado de execução, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstrem sua capacitação técnica para a execução de obras, de mesma natureza e compatível com o objeto desta Licitação, discriminadas abaixo:

d) EXECUÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA PARA VAZÃO MÍNIMA DE 36 M³/H

13.9.2. A comprovação do vínculo do profissional competente com a Proponente, deverá estar vigente e se dar através de um dos seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho (contendo as seguintes folhas: número de registro, qualificação civil, contrato de trabalho), ou
- Contrato de prestação de serviço (se por prazo determinado, o mesmo deverá abranger o período de execução dos serviços objeto desta contratação), registrado em Cartório de Títulos e Documentos.

Os documentos acima referidos serão considerados presumidamente verdadeiros em sua forma e conteúdo. Caso a Comissão de Licitação, provocada ou não, constate indícios de fraude, impõe-se a aplicação de sanção administrativa, atendido o devido processo legal e denúncia ao Ministério Público.

13.9.2.2. Não será permitido apresentar comprovação de vínculo empregatício de um mesmo profissional, em mais de uma Proponente, sob pena de inabilitação de ambas as empresas.

13.9.2.3. Quando o profissional detentor do acervo for sócio da empresa, a comprovação do vínculo poderá ser feita pela Certidão da Junta Comercial, pelo Contrato Social vigente, pelo Estatuto Social ou pelo Ato Constitutivo da Sociedade.

13.9.2.4. O(s) profissional(ais) apontado(s) na proposta como detentor(es) do acervo técnico deverá(ão) ser indicado(s) como responsável(is) técnico(s) e deverá(ão) obrigatoriamente participar da obra objeto desta Licitação, cabendo ao gestor do contrato observar essa questão.

13.9.3. No que se refere à apresentação de atestados constantes deste Edital, as Proponentes, quando se tratar de atestados inespecíficos, deverão destacar as referências inerentes às exigências obrigadas pelo Edital.

13.10. VISITA TÉCNICA



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

O licitante poderá fazer, de iniciativa própria, uma visita técnica ao local da realização dos serviços, as suas expensas.

Quando da licitação, deve apresentar declaração de que conhece o local onde será realizado os serviços, responsabilizando-se por esta informação, não podendo alegar desconhecimentos dos fatos. A não apresentação desta declaração implica em sua inabilitação.

Caso o licitante opte pela visita técnica, esta poderá ser realizada **até 3 dias antes da data de realização da licitação**, sendo de responsabilidade das licitantes o deslocamento até o local da visita devendo o responsável técnico ou representante da **empresa apresentar uma carta de apresentação** ou comprovante de vínculo com a empresa licitante. O agendamento da visita técnica será realizado através de agendamento com o GESTOR ou FISCAL.

13.11. Composição analítica dos preços unitários da proposta

A Licitante deverá apresentar a composição analítica dos preços unitários propostos.

15 MODO DE DISPUTA

O modo de disputa será fechado, conforme o art. 72, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios CASAL - RILC.

16 CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento adotado será o de menor preço, conforme o art. 75, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios CASAL - RILC.

17 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a. CONDIÇÕES GERAIS

A Contratada tem a obrigação de manter durante toda a execução do Contrato as mesmas condições de compatibilidade de habilitação e qualificação exigidas na licitação e por ele assumidas.

Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

Substituir o material/equipamento fornecido e/ou refazer o serviço em desacordo com as características e especificações exigidas, sem ônus para a CONTRATANTE.

Sujeitar-se a fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos necessários, atendendo as reclamações formuladas e cumprindo todas as orientações, do mesmo, visando o fiel desempenho das atividades.

A CONTRATADA estará obrigada a satisfazer aos requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas no edital, bem como todos os requisitos constantes no presente projeto básico e executivo.

A CONTRATADA deverá apresentar ao gestor do contrato, no prazo de 15 dias após a assinatura do contrato, a Anotação de Responsabilidade Técnica- ART referente ao serviço que será executado, contendo na mesma todos os dados referentes ao contrato.

A CONTRATADA deverá apresentar ao gestor do contrato a Licença Ambiental e registro da obra no município no prazo de 30(trinta) dias após a assinatura do contrato.

Todos os estudos necessários para a obtenção das licenças são de responsabilidade da CONTRATADA.

b. MODIFICAÇÕES

Toda e qualquer modificação introduzida nos projetos, detalhes, especificações, inclusive acréscimos, somente serão admitidos com expressa autorização da FISCALIZAÇÃO, e prévio conhecimento do autor do Projeto Técnico de Engenharia.



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

c. DIVERGÊNCIAS

Em qualquer caso de discrepância nos números, cotas, desenhos ou especificações, o assunto deverá imediatamente ser submetido ao(s) Autor(es) do(s) Projeto(s), ouvida, anteriormente, a FISCALIZAÇÃO.

d. DANOS E AVARIAS

É de inteira responsabilidade da CONTRATADA reparar quaisquer danos e / ou avarias em decorrência da execução da obra, causados a serviços já realizados na própria obra bem como terrenos e/ou prédios vizinhos e /ou terceiros, e/ou a veículos.

A CONTRATADA envidará todos os esforços no sentido de não perturbar a vizinhança com poeiras, odores ou ruídos excessivos, principalmente em função das características dos diversos edifícios hospitalares próximos à construção.

e. OBRIGAÇÕES LEGAIS

Todas as obrigações ou encargos previstos na Legislação Trabalhista e da Previdência Social deverão ser providenciados e pagos pela CONTRATADA, incluindo licenças, taxas, impostas, seguras etc. Igualmente, os registros no CREA-AL e na Prefeitura Municipal, e/ou quaisquer outros órgãos do Estado, Município, ou quaisquer outros que se fizerem necessários à normalização da construção, serão obrigação da CONTRATADA.

f. SANÇÕES

Em caso de não estarem os trabalhos sendo conduzidos perfeitamente de acordo com este documento, com os desenhos, detalhes, especificações e instruções fornecidas pela FISCALIZAÇÃO, ou, de modo geral com as regras da arte e técnica de construir, poderá, além das sanções previstas no CONTRATO, solicitar a demolição e reconstrução total ou parcial dos trabalhos defeituosos o que será realizado às expensas da CONTRATADA.

g. CADASTRO DE OBRA

Após a conclusão da obra a CONTRATADA deverá fornecer o respectivo cadastro técnico, retratando, fielmente, como foi construída a obra, seguindo padrão de cadastro técnico da CASAL. O cadastro de todas as unidades da obra, inclusive a rede coletora de esgoto e/ou rede de distribuição de água, se houver, deverá ser georeferenciado utilizando coordenadas UTM (Universal Transversa de Mercator) e entregue em três vias no formato DXF impressa e em CD-ROM.

Os desenhos técnicos serão elaborados na escala de 1:2000 (um para dois mil). Poderá no caso de pequenas redes, comunidades, loteamentos, conjuntos habitacionais, etc, serem desenhadas na escala 1:1000 (um para mil) ou 1:500 (um para quinhentos) a depender da magnitude da área, indicando-se as unidades do sistema, trechos projetados, a remanejar e a manter, com seus diâmetros, comprimentos e materiais, número dos nós, denominação das vias públicas, etc.; Os desenhos técnicos devem ter no máximo o formato A-1 (594 x 841) mm, obedecendo sempre as dimensões prescritas pela Associação Brasileira de Normas Técnica-ABNT.

h. ENTREGA DE OBRA

O recebimento provisório e definitivo da Obra será realizado conforme norma de recebimento de obras e serviços de engenharia, RD 003/2017 de 30/01/2017, atendendo também ao que prescreve o art. 198, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios CASAL – RILC.

As obras e serviços de engenharia serão recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante Relatório Final da Obra (Anexo III da Resolução de Diretoria nº 003/2017 de 30/01/2017), assinado pelas partes em até 30(trinta) dias da comunicação escrita do contratado pelo responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, conforme artigo 198, I, alínea a, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios CASAL – RILC.

As obras e serviços de engenharia serão recebidos definitivamente, pela Comissão de Recebimento de Obras e Serviços de Saneamento - CROSS, até o prazo máximo de observação ou vistoria de 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais devidamente justificados, conforme artigo 198, I, alínea



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

b, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios CASAL – RILC; Mediante elaboração do Relatório Técnico para o Recebimento de Obra/Serviço para Operacionalização dos Sistemas (Anexo II da Resolução de Diretoria 003/2017 de 30/01/2017).

Deverão ser observados os requisitos e critérios para o recebimento dos sistemas pela CASAL (período de operação compartilhada), onde para sistemas de abastecimento de água o período será de 90 (noventa) dias. Este período poderá ser excepcionalmente prorrogado desde que devidamente justificado.

18 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Fornecer à Contratada os Procedimentos, Normas, Padrões e Especificações necessários à correta execução dos serviços.

Fornecer os desenhos técnicos em meio digital(CD) através da Comissão Permanente de Licitação – CPL, mediante solicitação da licitante e critérios determinados pela mesma comissão.

Esclarecer toda e qualquer dúvida com referência à execução dos serviços, de imediato, se possível, quando solicitado verbalmente, ou no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, quando oficializado por escrito.

Comunicar à Contratada, com antecedência de 72 (setenta e duas) horas, para os devidos ajustes, qualquer alteração desde que esta não implique em aumento de custos para a Contratada.

Intervir junto a outros órgãos, a fim de agilizar as autoridades dos serviços, caso estas sejam necessárias.

Emitir o Boletim de Medição dos serviços executados mensalmente, efetuando o pagamento dos mesmos até o 30º (trigésimo) dia útil subsequente à conformação das Notas Fiscais.

Abrir o “Livro de Ocorrências” e registrar todos os fatos relevantes acontecidos durante a vigência do contrato, principalmente aqueles que prejudiquem direta ou indiretamente a qualidade e a efetividade dos serviços.

19 DA GESTÃO

Conforme preconiza o artigo 190 do RILC, o contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas estabelecidas e as normas constantes da citada lei, respondendo cada qual pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. Adiante, estão relacionadas as atribuições do gestor de contrato:

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação;
- Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;
- Anotar em formulário próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- Atestar as notas fiscais encaminhadas à unidade competente para pagamento;
- Comunicar à unidade competente, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada;
- Solicitar à unidade competente esclarecimentos de dúvidas relativas ao contrato sob sua responsabilidade;
- Acompanhar o cumprimento, pela contratada, do cronograma físico-financeiro;
- Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;
- Encaminhar à autoridade competente eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada.



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

20 DA FISCALIZAÇÃO

A gestão e a fiscalização do contrato consistem na verificação da conformidade da sua execução e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do pactuado, devendo ser exercido pelo gestor do contrato designado pela CASAL, que poderá ser auxiliado pelo fiscal técnico e fiscal administrativo do contrato, cabendo ao responsável legal ou preposto da Contratada o acompanhamento dessas atividades, termos do art. 203 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios – RILC da CASAL;

Conhecer e reunir-se com o preposto da Contratada (art. 203 § 2º do RILC) com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem com traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato;

O serviço será fiscalizado por intermédio de engenheiro(s), biólogo(s) ou profissional habilitado designado(s) e respectivos auxiliares, elementos esses doravante indicados pelo nome FISCALIZAÇÃO.

O fiscal possui funções específicas para melhor desenvolver seu trabalho sendo necessário atender aos seguintes requisitos mínimos:

- Ter conhecimento prévio de sua competência e atuação (art. 67 da Lei 8.666/93) de modo que seja responsável pela execução de atividades e/ou pela vigilância e garantia da regularidade e adequação dos serviços;
- O fiscal deverá possuir em suas mãos a cópia de todo o processo licitatório, principalmente do projeto básico e do projeto executivo, a partir de onde poderá vigiar/sindicar/atestar toda a atividade exercida;
- Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos para permitir ao fiscal concluir que, durante a execução, o objeto está sendo executado conforme o contratado, ou então, para poder exigir essa correta execução;
- Conhecer e reunir-se com o preposto da CONTRATADA (art. 203. § 2º do RILC) com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato;
- Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos, planilhas, cronogramas etc;
- Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
- Recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material ou serviço diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos;
- Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela CONTRATADA.

Serão realizadas fiscalizações diárias por técnicos da CASAL visando acompanhar os serviços a serem executados pela CONTRATADA e observar se as atividades estão sendo desempenhadas de modo satisfatório.

A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à quantidade, particularidade e qualidade na execução dos serviços, aplicando as penalidades previstas, quando não atendidas as respectivas disposições contratuais.

Os serviços executados e não aprovados pela fiscalização deverão obrigatoriamente ser refeitos sem qualquer ônus para a CASAL.

Todas as ordens dadas pela FISCALIZAÇÃO ao(s) engenheiro(s) condutor(es) da Supervisão do serviço serão consideradas como se fossem dirigidas a CONTRATADA; de mesmo modo, todo e qualquer ato efetuado ou disposição tomada pelo(s) referido(s) engenheiro(s), ou ainda omissões de responsabilidade do(s) mesmo(s), serão consideradas para todo e qualquer efeito como tendo sido



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

da CONTRATADA.

Ficam reservados a FISCALIZAÇÃO o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso, omissos, não previsto no Contrato, nas Especificações, no Projeto Básico, no Projeto Executivo e em tudo o mais que de qualquer forma se relacione ou venha a se relacionar, direta ou indiretamente, com a obra em questão e seus complementos.

A FISCALIZAÇÃO terá plena autoridade para suspender, por meios amigáveis ou não, os serviços, total ou parcialmente, sempre que julgar conveniente por motivo técnico, de segurança, disciplinar ou outros. Em todos os casos, os serviços só poderão ser reiniciados por outra ordem da FISCALIZAÇÃO.

21 CASOS OMISSOS

Os casos omissos ou situações não explícitas serão decididos pelas partes, segundo as disposições contidas no regulamento interno de licitações, Contratos e Convênios CASAL- RILC, termos da Lei 13.303/2016.

22 PENALIDADES

Pela inexecução total, parcial ou inadequada das obrigações assumidas pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as seguintes sanções, não cumulativas, assegurando o direito de defesa prévia por 05 (cinco) dias úteis.

- ADVERTÊNCIA, por escrito, pela inexecução parcial do contrato, pelo cumprimento irregular das cláusulas contratuais, pela paralisação da prestação dos serviços;
- MULTA de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura mensal, limitada, por sua vez de incidência, a 10% (dez por cento) do valor global do contrato;
- IMPEDIMENTO DE CONTRATAR com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

Na hipótese de a proponente incorrer em multa, esta deverá ser paga dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da notificação ou do não acolhimento da defesa, sob pena de a CASAL descontar o respectivo valor nos pagamentos vincendo.

23 CONSIDERAÇÕES GERAIS

As dúvidas, as omissões que por acaso venham a existir do decorrer do serviço e que não venham aqui ser elucidadas, deverão ser buscadas nas normas brasileiras específicas de serviços e/ou materiais. Em última instância prevalecerá a decisão que for tomada pela FISCALIZAÇÃO ou comissão de Fiscalização.

Os elementos básicos para execução do serviço sempre serão os preconizados no projeto. Qualquer alteração que possa vir existir, no mesmo, deverá sempre ser por escrito e com anuência da FISCALIZAÇÃO.

Qualquer alteração no projeto que não seja, autorizada pela FISCALIZAÇÃO, e que por acaso venham ser concretizada pela Contratada, não será aceita e deverá ser reconstruída a luz do projeto.

Após a conclusão total de cada etapa de serviço, as modificações e alterações que possam vir existir do projeto, deverão ser imediatamente atualizadas, não sendo permitido que as mesmas sejam postergadas para a conclusão total do serviço.

O serviço só será considerado como concluído após todas as modificações que venham existir no projeto, serem recadastradas e atualizadas. Essas atualizações serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA e vistas pela FISCALIZAÇÃO, se aprovadas, conforme estabelecido.

Deve-se considerar como projeto, os desenhos, memoriais técnicos, especificações, ordens de serviço, instruções de serviço, ou qualquer documento emanado pela FISCALIZAÇÃO, que objetive a perfeita execução dos serviços.

Todos os materiais para execução do serviço deverão ser novos e de qualidade, de conformidade com o preconizado nas especificações, nos desenhos, e planilhas. Na falta, prevalecerão as normas e



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

especificações dos fabricantes.

A mão de obra a ser utilizada no serviço, deverá ser especializada e de qualidade.

Todas as normas de segurança do trabalho deverão ser utilizadas em todos os serviços durante todo decorrer do serviço.

Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, por qualquer elemento da CONTRATADA, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimentos das cláusulas e condições destas Especificações e do Contrato, bem como de tudo o que estiver contido no Projeto Básico e Executivo, nas Normas, Especificação e Métodos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e da CASAL - Companhia de Saneamento de Alagoas.

A existência e a atuação da FISCALIZAÇÃO em nada diminuem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o Contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes.

Deverá a CONTRATADA acatar de modo imediato às ordens da FISCALIZAÇÃO, dentro destas Especificações e do Contrato.

A CONTRATADA deverá permanentemente ter e colocar a disposição da FISCALIZAÇÃO os meios necessários e aptos a permitir a medição dos serviços executados/elaborados, bem como facilitar o acompanhamento/execução dos serviços.

A FISCALIZAÇÃO poderá exigir, a qualquer momento, de pleno direito, que sejam adotadas pela CONTRATADA, providências suplementares necessárias à segurança dos serviços e ao seu bom andamento.

Pela CONTRATADA a condução do serviço ficará a cargo de pelo menos um engenheiro registrado no CREA da Região. Deverá esse engenheiro ser auxiliado em cada frente de trabalho por um encarregado devidamente habilitado.

O(s) engenheiro(s) condutor(es) do serviço, cada um no seu âmbito respectivo, deverão estar sempre em condições de atender a FISCALIZAÇÃO e prestar-lhes todos os esclarecimentos e informações sobre o andamento dos serviços, a sua programação, as peculiaridades das diversas tarefas e tudo o mais que a FISCALIZAÇÃO reputar necessário ou útil e que só refira, diretamente, ao serviço e suas implicações.

O quadro do pessoal da CONTRATADA empregado no serviço deverá ser constituído de elementos competentes, hábeis e disciplinado, qualquer que seja a sua função, cargo ou atividade. A CONTRATADA é obrigada a afastar imediatamente do serviço e do canteiro do trabalho todo e qualquer elemento julgado pela FISCALIZAÇÃO com conduta inconveniente e que possa prejudicar o bom andamento e a perfeita execução dos serviços e a ordem do canteiro.

A CONTRATADA não poderá executar qualquer serviço que não seja autorizado pela FISCALIZAÇÃO, salvo os eventuais de emergência.

Maceió, 22 de maio de 2018

DIOGO PEREIRA TAVARES OLIVEIRA

Téc. Ind. Edificações – CREA 021.515.958-6

SUPAEP / GEPRO / SUENG

Matrícula 3300

JULIO CÉSAR MOURA MENEZES JUNIOR

Engenheiro Sanitarista e Ambiental – CREA

Crea: 020.990.316-3

Mat. 2943



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

24 ANEXO 1 - PRANCHAS DE DESENHO TÉCNICO

PLANILHA DE CUSTOS

SERVIÇOS		UNID.	QNT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Instalação de Obra				
1.1	Mobilização de obra	%	5,00		
2	Serviços				
2.1	Retirada de material filtrante	m ³	25,00		
2.2	Aplicação de material filtrante	m ³	33,00		
2.3	Aplicação de resina em PRFV, para piso, parede e manifold distribuidor interno	m ²	14,20		
2.4	Retirada de registro borboleta, DN 200mm, 150mm, 100mm	und	10,00		
2.5	Aplicação e aplicação de válvula borboleta, em PRFV, DN 200mm	und	4,00		
2.6	Escada para filtro em tubo galvanizado c/ 4,5m	und	2,00		
2.7	Aplicação e aplicação de válvula borboleta, em PRFV, DN 150mm	und	4,00		
2.8	Aplicação e aplicação de válvula borboleta, em PRFV, DN 100mm	und	2,00		
2.9	Bota fora	m ³	25,00		
3	Materiais				
3.1	Aquisição de material filtrante	m ³	33,00		



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

ANEXO III - CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO

OBRA: READEQUAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DE TATUAMUNHA

LOCAL: TATUAMUNHA

DATA: JULHO/2018

ITEM	DESCRIÇÃO	30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS	120 DIAS	150 DIAS	180 DIAS
I	INSTALAÇÃO DA OBRA						
1.1	Mobilização da Obra	17%	17%	16%	16%	17%	17%
2	Melhorias barragem de água	100%					
3	Melhorias casa de bombas - E.E. de água bruta	100%					
4	Readequação da ETA Tatuamunha						
4.1	Câmara de carga em concreto armado	100%					



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

4.2	Filtro ascendente em concreto armado	50%	50%				
4.3	Filtro descendente em concreto armado	50%	50%				
4.4	Tubulações da readequação dos filtros	40%	30%	30%			
4.5	Reservatório de lavagem elevado		30%	40%	30%		
4.6	Serviços eletromecânicos		100%				
5	Tanque de equalização						
5.1	Estrutura		50%	30%	20%		
5.2	Materiais			30%	30%	40%	



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

5.3	Instalações elétricas/mecânica			25%	25%	25%	25%
6	Casa de química			25%	25%	25%	25%
7	Urbanização						100%



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

LICITAÇÃO CASAL Nº 06/2018

ANEXO IV

MODELO DE DOCUMENTOS

MODELO A
CARTA PROPOSTA DE PREÇOS

(APRESENTAR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA PROPONENTE)

A
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS – CASAL

REF. LICITAÇÃO CASAL Nº 06/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MELHRIAS DOS FILTROS ASCENDENTES DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE PIAÇABUÇU/ALAGOAS.

O signatário da presente, em nome da empresa _____, CNPJ _____, propõe o preço global de R\$ _____ (_____), para aquisição do objeto da presente licitação.

O signatário entrega anexo a esta Carta proposta de Preços a Planilha de Custos e Cronograma Físico Financeiro, conforme modelo contido no Edital, com duas casas decimais e assinado pelo responsável legal da empresa;

Concorda que em caso de discrepância de valor entre a forma numérica e a forma por extenso do preço global proposto, será considerado o valor por extenso.

Concorda que esta ciente com todas as normas e condições deste edital e seus anexos,;

Esta ciente que o prazo de validade da proposta de preços é de 90 (noventa) dias a contar da data da abertura da Licitação.

Concorda com o prazo de pagamento disposto no instrumento convocatório;

Declara que estão incluídos nos preços todos os custos e despesas, incidentes na prestação do serviço licitado.

Local e data

.....
(Nome/assinatura do representante legal. CPF)
PROponente



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

MODELO B
DECLARAÇÕES DE SUJEIÇÃO AO EDITAL
(APRESENTAR EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

O Signatário da presente _____, CPF Nº _____, representante legal da empresa _____, declara expressamente que:

1. está de acordo com todas as normas e condições desta licitação e seus anexos;
2. considerou que o Edital e seus anexos permitiram a elaboração de uma proposta justa e satisfatória.
3. o prazo de validade da proposta de preços, que não será inferior a 90 (noventa) dias contados da data de sua apresentação;
4. estão incluídas nesta proposta de preços, as despesas com todos os impostos, taxas, encargos sociais, encargos fiscais, encargos previdenciários e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação.
5. sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação neste processo licitatório realizado pela Companhia de Saneamento de Alagoas, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
6. Para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27.10.1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 05.09.2002, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, nos termos do Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/1999). Salvo a a partir de quatorze anos, na condição de Aprendiz. (Se a licitante possuir maiores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição).
7. Sob as penalidades cabíveis, a não superveniência de fato impeditivo da habilitação.
8. Assume total responsabilidade pelas informações prestadas e, em qualquer tempo, exim,e a ora contratante de qualquer ônus civil e penal que lhe possa acreretar.
9. Fará prova de todas as informações ora declaradas, quando necessário ou quando solicitado.

Local e data

.....
(Nome/assinatura do representante legal. CPF)
PROPONENTE



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

MODELO C

(APRESENTAR EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

(Exclusivo para microempresa ou empresa de pequeno porte)

DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

O Signatário da presente, SR. _____, CPF Nº _____, representante legal da empresa _____, CNPJ _____ declara expressamente, sob as penas da lei, que:

1. cumpre os requisitos legais para qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 à 49 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

Local e data

.....
(Nome/assinatura do representante legal. CPF)

PROPONENTE



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

MODELO D

(APRESENTAR EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

INFORMAÇÃO DA CONTA CORRENTE DO SIGNATÁRIO

À
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS – CASAL
RUA BARÃO DE ATALAIA, 200,
CENTRO – MACEIO – ALAGOAS
CEP: 57.020-510
A/C DA CPL/CASAL

Vimos pela presente solicitar a V.Sª que todos os pagamentos para liquidação de notas fiscais emitidas por nossa empresa, referente ao contrato oriundo da LICITAÇÃO CASAL Nº 06/2018, sejam efetuados por meio de crédito em nossa conta corrente abaixo indicada:

BANCO:
AGENCIA Nº:
NOME DA AGENCIA:
NÚMERO DA CONTA CORRENTE:
CIDADE
ESTADO

Salientamos que os créditos efetuados na conta corrente acima indicada dispensarão qualquer documento de quitação de nossa parte.
Outrossim, declaramos que a conta corrente acima informada é de nossa exclusiva titularidade.

Atenciosamente,

(Carimbo da empresa)

Assinatura
Nome do Representante legal
CPF
Proponente.



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

MODELO E

DECLARAÇÃO DE EMPRESAS COM CHANCELA NO TERMO DE ABERTURA E/OU TERMO DE ENCERRAMENTO

Declaro para os devidos fins que, o Balanço Patrimonial, bem como as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício de _____, da empresa _____ inscrita no CNPJ _____, são partes integrantes do Livro Diário nº _____, livro este, que encontra-se devidamente registrado na junta comercial do município, conforme chancela no Termo de abertura e/ou Termo de encerramento (anexar o termo chancelado).

O Livro Diário nº _____ contém _____ páginas numeradas, da seguinte forma:

- a) da página _____ até a página _____, estão relacionadas as movimentações diárias;
- b) da página _____ até a página _____, estão minhas Demonstrações Contábeis;

- b. 1) Página _____ Balanço Patrimonial;
- b. 2) Página _____ DRE;
- b. 3) Página _____ DLPA (Demonstração do Lucros e Prejuízos Acumulados);
- b. 4) Página _____
- b. 5) Página _____

+,As informações acima são verídicas e estão de acordo com o edital nº _____ desta Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL e assumo a inteira responsabilidade, bem como, as consequências pela inexactidão das informações acima elencadas.

Obs: Esta Declaração não exige o Licitante de apresentar o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Contábeis, nem do próprio Termo (este deve estar chancelado pela Junta Comercial), que são imprescindíveis para andamento do processo.

_____, _____ de _____ de 20____.

Representante legal ou procurador da empresa

Contador da Empresa
CRC nº _____



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

MODELO F
DECLARAÇÃO DO PROPONENTE DE QUE NÃO SE ENQUADRA EM NENHUM DOS IMPEDIMENTOS
CONSTANTES NO REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA CASAL

A
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS – CASAL

REF. LICITAÇÃO.CASAL Nº 06/2018

----- inscrito no CNPJ nº -----, por intermédio de seu representante legal o(a) SR.(ª) _____, RG nº _____, CPF nº _____, **DECLARA**, ter conhecimento da vedação constante no art. 17 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CASAL, abaixo transcrito, e que não se enquadra em nenhuma de suas hipóteses:

Dos impedimentos para participar de licitações ou ser contratado pela CASAL

Art. 17. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra, serviço ou fornecimento a empresa:

IX - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da CASAL;

X - esteja cumprindo a pena suspensão do direito de licitar e contratar aplicada pela CASAL;

XI - declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou por Município, na forma do Art. 87, inc. IV da Lei nº 8.666/93 ou declarada impedida de licitar e contratar com os órgãos e entidades integrantes da Administração Pública do Estado de Alagoas, com base no Art. 7º da Lei nº 10.520/02, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

XII - constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

XIII - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

XIV - constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

XV - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

XVI - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

Parágrafo único. Aplica-se a vedação prevista no caput:

III - à contratação do próprio empregado ou dirigente da CASAL, como pessoa física, bem como à participação dele em processos licitatórios, na condição de licitante;

IV - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

d) dirigente da CASAL;

e) empregado de CASAL cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

f) autoridade do Estado de Alagoas, assim entendido aqueles que exercem o cargo de Secretários de Estado, Diretores Gerais, Presidentes de Estatais e de Órgãos da Administração Direta, Indireta, Autárquica, Fundacional, bem como dos Serviços Sociais Autônomos e seus equivalentes.

B) cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CASAL há menos de 6 (seis) meses.

Art. 10 É vedada também a participação direta ou indireta nas licitações promovidas pela CASAL:

I - de pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o anteprojeto ou o projeto básico da licitação;

II - de pessoa jurídica que participar de consórcio responsável pela elaboração do anteprojeto ou do projeto básico da licitação;



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

III - de pessoa jurídica da qual o autor do anteprojeto ou do projeto básico da licitação seja administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio, neste último caso quando a participação superar 5% (cinco por cento) do capital votante.

a) É permitida a participação das pessoas jurídicas e da pessoa física de que tratam os incisos II e III do caput deste artigo em licitação ou em execução de contrato, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento exclusivamente a serviço da CASAL.

b) Para fins do disposto no caput, considera-se participação indireta a existência de vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto básico, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

c) O disposto no § 2º deste artigo aplica-se a empregados incumbidos de levar a efeito atos e procedimentos realizados pela CASAL no curso da licitação.

Por ser expressão da verdade.

_____ (local), -----de -----de -----

(representante legal e CPF).



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

LICITAÇÃO CASAL Nº 06/2018

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO Nº ____/2018 – CASAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE
SI CELEBRAM, DE UM LADO A COMPANHIA DE
SANEAMENTO DE ALAGOAS – CASAL E DE OUTRO
LADO A EMPRESA _____, TUDO
CONSTA DO PREÂMBULO E DO CONTEXTO DESTES
INSTRUMENTOS.

PREÂMBULO – DAS PARTES E DO FUNDAMENTO:

I) CONTRATANTE: COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL, Sociedade De Economia Mista Estadual, vinculada a Secretaria de Estado de Infraestrutura, sediada a Rua Barão de Atalaia, nº 200, Centro, Maceió/AL, CEP: 57.020-510, doravante denominada simplesmente CASAL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.294.708/0001-81, neste ato representada por seu Diretor Presidente _____, inscrito no CPF/MF sob o nº..... e por seu Vice-Presidente de Gestão de Engenharia, _____, inscrito no CPF/MF nº....., ambos residentes e domiciliados nesta Capital.

II) CONTRATADA: _____, Estabelecida a Rua _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, representada por _____, inscrito no CPF/MF nº _____, residente e domiciliado em _____, simplesmente denominada FORNECEDORA.

III) FUNDAMENTO LEGAL DA ADJUDICAÇÃO: A presente adjudicação decorre da LICITAÇÃO CASAL nº 08/2018 – CASAL, devidamente homologado pelo Senhor Diretor Presidente da CASAL, conforme consta no Processo Administrativo Protocolo nº 577/2018, CI Nº 07/2018 – UNAGRESTE, anexo Protocolo nº 5887/2018, na forma da Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, no RILC/CASAL, aprovado pelo Conselho de Administração da CASAL em 29 de maio de 2018 e publicado no Diário Oficial do estado de Alagoas edição do dia 04 de julho de 2018, obrigando as partes de acordo com as cláusulas e condições a seguir expressas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Contratação de empresa especializada de engenharia pelo regime de contratação empreitada por preço global para executar serviços de melhoria e a readequação no Sistema de Abastecimento de Água do Povoado Tatuamunha, Porto de Pedras -AL.

1.1. Para todo e qualquer efeito jurídico, constituem partes integrantes e indissociáveis do presente contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

- a) Edital de LICITAÇÃO CASAL Nº 02/2018 – CASAL, e seus anexos, nestes incluso o Projeto Básico, e em caso de eventual contradição deverá ser consultada a Administração Pública para se manifestar.
- b) Proposta Comercial da CONTRATADA.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA GARANTIA: Deve ser apresentada CASAL no prazo de 10 (dez) dias úteis após a celebração do contrato, de Garantia no valor que corresponda a 5%(cinco por cento) do valor global do contrato.

2.1. A Contratada poderá optar por uma das seguintes modalidades de Garantia, conforme consta no



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

Projeto Básico e no art. Nº 164 do RILC/CASAL.

- a) Dinheiro;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária.

2.2. Na hipótese de prorrogação do contrato, a garantia deve ser atualizada para o valor global do contrato.

2.3. A garantia será restituída ou liberada após a execução e recebimento definitivo do objeto contratual, mediante a apresentação da certidão negativa de regularidade com o INSS relativa a baixa da matrícula do CEI e quando em dinheiro, atualizada monetariamente com base na variação do índice da caderneta de poupança.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DOS RECURSOS: A CONTRATADA se obriga a prestar os serviços, objeto deste CONTRATO pelo valor estimado de R\$ _____ (_____), de acordo com sua Proposta.

3.1. Fica expressamente estabelecido que os preços propostos pela **CONTRATADA** incluem todos os custos diretos e indiretos, requeridos para execução dos serviços objeto deste instrumento.

3.2. As despesas decorrentes deste contrato terão a seguinte classificação orçamentária:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 131.500 - UNIDADE NEGOCIO DO LESTE
GRUPO DE DESPESA 600.000 – ABASTECIMENTO ÁGUA/ESGOTO SANITÁRIO
RUBRICA 616.612 – AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE SISTEMAS

3.0. CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: Os serviços serão executados no Povoado de Tatuamunha, Porto de Pedras -AL., que está localizada na Unidade de Negócio do LESTE.

3.1. Descrição e detalhamento quanto as localidades da prestação dos serviços, encontram-se contidas no Projeto Básico, parte integrante deste instrumento, independente de sua transcrição.

4.0. CLÁUSULA QUARTA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: O conjunto das especificações contidas no Projeto Básico, parte integrante deste instrumento, independente de sua transcrição, procura contemplar todas as situações que devem ocorrer quando da execução dos serviços. Caso surjam condições muito específicas não abordadas deve-se, preferencialmente, seguir as recomendações estabelecidas pela Legislação Brasileira, ou ainda, as próprias da CONTRATANTE.

5.0. CLÁUSULA QUINTA – DO MATERIAL: Todos os MATERIAIS necessários a completar a execução dos serviços serão fornecidos pela CONTRATADA, de acordo com o estabelecido em projeto, com cronograma físico de entrega que garanta o bom andamento da obra.

5.1. Os MATERIAIS fornecidos deverão ser novos, e de qualidade, modelo, marca e tipo aprovado pela FISCALIZAÇÃO, obedecendo a estas especificações e/ou normas e métodos da ABNT. Em caso de inexistência de Norma Brasileira, ficará a critério da FISCALIZAÇÃO a indicação de normas ou especificações a serem cumpridas.

5.2. Os MATERIAIS deverão ser submetidos a exame e aprovação por parte da FISCALIZAÇÃO, à qual caberá impugnar o seu emprego, se não forem atendidas as condições exigidas nas presentes especificações. Cada material será caracterizado por uma amostra, convenientemente autenticada pela FISCALIZAÇÃO, e servirá de referência para aceitação de outros fornecimentos. O material ou equipamento que, por qualquer motivo for recusado pela FISCALIZAÇÃO deverá dentro de 72 horas, ser retirado e substituído pela EMPREITEIRA sem ônus adicional.

5.3. Outras exigências quanto ao material, bem como a relação, consta do Projeto Básico, parte integrante deste Contrato, independente de sua transcrição.

6.0. CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: Todos os serviços deverão ser executados dentro das normas e padrões da construção civil, com acompanhamento de profissional habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

6.1. A descrição dos serviços a serem executados, os materiais e demais critérios para sua execução, encontram-se no Projeto Básico, parte integrante deste instrumento, independente de sua transcrição.

7.0. CLÁUSULA SÉTIMA – FECHAMENTOS DE VIAS E ACESSOS: As vias de acesso fechadas ao trânsito deverão ser protegidas com barreiras e com a devida sinalização e indicação de desvio, devendo, durante a noite, ser iluminadas e em casos especiais, deverão ser postados vigias ou sinaleiros, devidamente equipados.

7.1. Nos cruzamentos ou em outros locais onde não for possível utilizar desvio, o serviço deverá ser efetuado por etapas, de modo a não bloquear o trânsito.

7.2. Os serviços deverão ser executados sem interrupção, até a liberação da área, podendo ser programados para fins de semana ou para os horários de menor movimento.

8.0. CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA, DA EXECUÇÃO E DA PRORROGAÇÃO: O prazo de vigência do contrato é de 240 (duzentos e quarenta) dias, contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço emitida pela CASAL.

8.1. O prazo de execução do serviço é de 180 (cento e oitenta) dias contados, contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço emitida pela CASAL.

8.2. O contrato pode ser prorrogado até que se conclua os serviços ora contratados.

9.0. CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E DO REAJUSTE: O Contrato pode ter acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato. (§2º do art. 171 RILC/CASAL).

9.1. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis durante o período de 12 (doze) meses. Caso ultrapasse referido período, os mesmos poderão ser reajustados a cada aniversário pela variação do INCC.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO: O valor da Nota Fiscal Fatura deverá corresponder aos serviços executados durante o período do contrato, conforme o quantitativo apurado pelo Gestor do Contrato e Cronograma Físico e Financeiro, Anexo deste Contrato.

10.1. O pagamento será procedido após apresentação da Nota Fiscal Fatura protocolada e devidamente conferida e atestada pelo Gestor do Contrato, contando-se o prazo de 30 (trinta) dias a partir do seu lançamento no sistema de controle de pagamento da CASAL.

10.2. A CONTRATADA quando do faturamento deverá apresentar, ao Gestor do Contrato, os seguintes documentos, com data de validade atualizada:

Certidão Negativa de Débito do INSS;

Certidão Negativa de Débito do FGTS;

Certidão Negativa atualizada de Débito junto as Fazendas Federal e Municipal.

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT

10.3. A não apresentação dos documentos acima elencados, ao Gestor do Contrato, no prazo de 30 (trinta) dias, ensejará a rescisão deste contrato.

10.4. Nenhum pagamento será feito sem que a CONTRATADA tenha recolhido o valor da multa eventualmente aplicada.

10.5. A emissão antecipada do documento fiscal não implicará adiantamento para pagamento da obrigação. Havendo erro na Nota Fiscal a mesma será devolvida à CONTRATADA.

10.6. Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada à contratada, ficando o pagamento pendente até que se providenciem as medidas saneadoras, não acarretando ônus para a CASAL.

10.7. Os pagamentos serão efetuados através de depósito bancário em conta corrente da CONTRATADA: Banco: Agência: C/C:



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

10.8. No caso de pagamento não efetuado no prazo estabelecido no PARÁGRAFO PRIMEIRO, o valor em atraso será corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, desde o inadimplemento até a data do efetivo pagamento.

11.0. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA MÃO DE OBRA: A mão-de-obra necessária à execução dos serviços será de única e exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**, a quem compete arcar com as despesas decorrentes dos impostos, taxas, salários, encargos sociais e trabalhistas e o seguro do pessoal utilizado nos serviços aqui contratados.

11.1 Todas as obrigações ou encargos previstos na Legislação Trabalhista e da Previdência Social deverão ser providenciados e pagos pela CONTRATADA, incluindo licenças, taxas, impostas, seguras etc. Igualmente, os registros no CREA-AL e na Prefeitura Municipal, e/ou quaisquer outros órgãos do Estado, Município, ou quaisquer outros que se fizerem necessários à normalização da construção, serão obrigação da CONTRATADA.

11.2. A CONTRATADA se compromete a somente utilizar nos serviços deste Contrato, pessoal amparado pela Legislação Trabalhista e Previdenciária em vigor.

11.3. A direção geral dos serviços caberá ao profissional habilitado, na forma da Legislação vigente.

11.4. Os profissionais utilizados na execução dos serviços devem possuir experiência, idoneidade moral e técnica, além de estarem habilitados a prestar esclarecimentos sobre os serviços às pessoas credenciadas pela CASAL.

12.1. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CADASTRO DA OBRA: Após a conclusão da obra a CONTRATADA deverá fornecer o respectivo cadastro técnico, retratando, fielmente, como foi construída a obra, seguindo padrão de cadastro técnico da CASAL. O cadastro de todas as unidades da obra, inclusive a rede coletora de esgoto e/ou rede de distribuição de água, se houver, deverá ser georeferenciado utilizando coordenadas UTM (Universal Transversa de Mercator) e entregue em três vias no formato DXF impressa e em CD-ROM.

As desenhos técnicos serão elaboradas na escala de 1:2000 (um para dois mil). Poderá no caso de pequenas redes, comunidades, loteamentos, conjuntos habitacionais, etc., serem desenhadas na escala 1:1000 (um para mil) ou 1:500 (um para quinhentos) a depender da magnitude da área, indicando-se as unidades do sistema, trechos projetados, a remanejar e a manter, com seus diâmetros, comprimentos e materiais, número dos nós, denominação das vias públicas, etc.; Os desenhos técnicos devem ter no máximo o formato A-1 (594 x 841) mm, obedecendo sempre as dimensões prescritas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT.

13.0. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO: A fiscalização do contrato será exercida por funcionário nomeado pela CASAL através de Ordem de Serviço de Designação.

13.1. O fiscal possui funções específicas para melhor desenvolver seu trabalho sendo necessário atender aos seguintes requisitos mínimos:

- Ter conhecimento prévio de sua competência e atuação de modo que seja responsável pela execução de atividades e/ou pela vigilância e garantia da regularidade e adequação dos serviços;
- O fiscal deverá conhecer o projeto básico/executivo, fundamental para vigiar/sindicar/atestar toda a atividade exercida, que é parte integrante deste instrumento, independente de sua transcrição;
- Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, que vai permitir ao fiscal constatar se o objeto está sendo executado conforme o contratado, ou se for o caso, exigir a correta execução;
- Conhecer e reunir-se com o preposto da CONTRATADA com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato;
- Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas;



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

- Comunicar ao Gestor do contrato a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
- Recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material ou serviço diverso daquele que se encontra especificado no Projeto Básico e no contrato;
- Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela CONTRATADA.

13.2. Serão realizadas fiscalizações diárias por técnicos da CASAL visando acompanhar os serviços a serem executados pela CONTRATADA e observar se as atividades estão sendo desempenhadas de modo satisfatório.

13.3. A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à quantidade, particularidade e qualidade na execução dos serviços, aplicando as penalidades previstas, quando não atendidas as respectivas disposições contratuais.

13.4. Os serviços executados e não aprovados pela fiscalização deverão obrigatoriamente ser refeitos sem qualquer ônus para a CASAL.

13.5. Todas as ordens dadas pela FISCALIZAÇÃO ao(s) engenheiro(s) condutor(es) da Supervisão do serviço serão consideradas como se fossem dirigidas a CONTRATADA; de mesmo modo, todo e qualquer ato efetuado ou disposição tomada pelo(s) referido(s) engenheiro(s), ou ainda omissões de responsabilidade do(s) mesmo(s), serão consideradas para todo e qualquer efeito como tendo sido da CONTRATADA.

13.6. Ficam reservados a FISCALIZAÇÃO o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso, omissivo, não previsto no Contrato, nas Especificações, no Projeto Básico, no Projeto Executivo e em tudo o mais que de qualquer forma se relacione ou venha a se relacionar, direta ou indiretamente, com a obra em questão e seus complementos.

13.7. A FISCALIZAÇÃO terá plena autoridade para suspender, por meios amigáveis ou não, os serviços, total ou parcialmente, sempre que julgar conveniente por motivo técnico, de segurança, disciplinar ou outros. Em todos os casos, os serviços só poderão ser reiniciados por outra ordem da FISCALIZAÇÃO.

14.0. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GESTÃO: A Gestão do contrato será exercida por funcionário nomeado pela CASAL através de Ordem de Serviço de Designação.

14.1. As atribuições do Gestor de Contrato são as seguintes:

- a) Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação;
- b) Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços está sendo cumprida integral ou parceladamente;
- c) Anotar em formulário próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- d) Atestar as notas fiscais, encaminhando à unidade competente para pagamento;
- e) Comunicar à unidade competente, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a CONTRATADA;
- f) Solicitar à unidade competente esclarecimentos de dúvidas relativas ao contrato sob sua responsabilidade;
- g) Acompanhar o cumprimento, pela CONTRATADA, do cronograma físico-financeiro;
- h) Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;
- i) Encaminhar à autoridade competente eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela CONTRATADA.

14.2 Outras atribuições previstas em Lei e na Norma Interna de Gestão de Contratos da CASAL, que fazem parte integrante deste instrumento, independente de sua transcrição.



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

15.0. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO: O recebimento provisório e definitivo da Obra será realizado conforme norma de recebimento de obras e serviços de engenharia, RD 001/2016 de 19/01/2016, atendendo também ao que prescreve o art. 198 DO RILC/CASAL .

15.1. As obras e serviços de engenharia serão recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante Relatório Final da Obra (Anexo III da Resolução de Diretoria nº 001/2016 de 19/01/2016), assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado, conforme alínea a, do inciso primeiro do art.73 da Lei nº 8.666/1993.

15.2. As obras e serviços de engenharia serão recebidos definitivamente, pela Comissão de Recebimento de Obras e Serviços de Saneamento - CROSS, até o prazo máximo de observação ou vistoria de 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais devidamente justificados, conforme § 3º do art. 73 da Lei 8.666/1993; Mediante elaboração do Relatório Técnico para o Recebimento de Obra/Serviço para Operacionalização dos Sistemas (Anexo II da Resolução de Diretoria nº 001/2016 de 19/01/2016).

15.3. Deverão ser observados os requisitos e critérios para o recebimento dos sistemas pela CASAL (período de operação compartilhada), onde para sistemas de abastecimento de água o período será de 90 (noventa) dias. Este período poderá ser excepcionalmente prorrogado desde que devidamente justificado.

15.4. Para o recebimento da obra deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

- a) Solicitar o Recebimento do Sistema;
- b) Tomar ciência da documentação necessária ao Recebimento do Sistema (Anexo IV da Resolução de Diretoria nº 001/2016 de 19/01/2016);
- c) Providenciar a complementação/correção da documentação, se for o caso, e conforme orientação da SUNECS/SUNEI;
- d) Obedecer à todas as cláusulas do Termo de Compromisso de Operação Compartilhada (Anexo VI da Resolução de Diretoria nº 001/2016 de 19/01/2016);
- e) Emitir Termo de Entrega do Sistema para a CASAL.

16.0 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: A Contratada tem a obrigação de manter durante toda a execução do Contrato as mesmas condições de compatibilidade de habilitação e qualificação exigidas na licitação e por ele assumidas.

16.1 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

16.2 Substituir o material/equipamento fornecido e/ou refazer o serviço em desacordo com as características e especificações exigidas, sem ônus para a CONTRATANTE.

16.3. Sujeitar-se a fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos necessários, atendendo as reclamações formuladas e cumprindo todas as orientações, do mesmo, visando o fiel desempenho das atividades.

16.4. A CONTRATADA deverá apresentar ao gestor do contrato, no prazo de 15 dias após a assinatura do contrato, a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART referente ao serviço que será executado, contendo na mesma todos os dados referentes ao contrato.

16.5. A CONTRATADA deverá apresentar ao gestor do contrato a Licença Ambiental e registro da obra no município no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

18.6. Todos os estudos necessários para a obtenção das licenças são de responsabilidade da CONTRATADA.

16.7. Toda e qualquer modificação introduzida nos projetos, detalhes, especificações, inclusive acréscimos, somente serão admitidos com expressa autorização da FISCALIZAÇÃO, e prévio conhecimento do autor do Projeto Técnico de Engenharia.

16.8. Em qualquer caso de discrepância nos números, cotas, desenhos ou especificações, o assunto deverá imediatamente ser submetido ao(s) Autor(es) do(s) Projeto(s), ouvida, anteriormente, a FISCALIZAÇÃO.



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

16.9. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA reparar quaisquer danos e / ou avarias em decorrência da execução da obra, causados a serviços já realizados na própria obra bem como terrenos e/ou prédios vizinhos e /ou terceiros, e/ou a veículos.

16.10. A CONTRATADA envidará todos os esforços no sentido de não perturbar a vizinhança com poeiras, odores ou ruídos excessivos, principalmente em função das características dos diversos edifícios hospitalares próximos à construção.

16.11. Em caso de não estarem os trabalhos sendo conduzidos perfeitamente de acordo com este documento, com os desenhos, detalhes, especificações e instruções fornecidas pela FISCALIZAÇÃO, ou, de modo geral com as regras da arte e técnica de construir, poderá, além das sanções previstas no CONTRATO, solicitar a demolição e reconstrução total ou parcial dos trabalhos defeituosos o que será realizado às expensas da CONTRATADA.

17.0 CLÁUSULA DÉCIMA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: a contratante deve:

a) Fornecer à Contratada os Procedimentos, Normas, Padrões e Especificações necessários à correta execução dos serviços.

b) Fornecer os desenhos técnicos em meio digital (CD) através da Comissão Permanente de Licitação – CPL, mediante solicitação da licitante e critérios determinados pela mesma comissão.

c) Esclarecer toda e qualquer dúvida com referência à execução dos serviços, de imediato, se possível, quando solicitado verbalmente, ou no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, quando oficializado por escrito.

d) Comunicar à Contratada, com antecedência de 72 (setenta e duas) horas, para os devidos ajustes, qualquer alteração desde que esta não implique em aumento de custos para a Contratada.

e) Intervir junto a outros órgãos, a fim de agilizar as autoridades dos serviços, caso estas sejam necessárias.

f) Emitir o Boletim de Medição dos serviços executados mensalmente, efetuando o pagamento dos mesmos até o 30º (trigésimo) dia útil subsequente à conformação das Notas Fiscais.

g) Abrir o “Livro de Ocorrências” e registrar todos os fatos relevantes acontecidos durante a vigência do contrato, principalmente aqueles que prejudiquem direta ou indiretamente a qualidade e a efetividade dos serviços.

17.1. Outras obrigações inerentes a CONTRATANTE, previstas em lei e nas normas internas da CONTRATADA, independente de sua transcrição.

18.0. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO: A CONTRATADA deverá obedecer às normas regulamentadoras sobre Segurança e Medicina do trabalho a seguir especificadas:

a) NR 6 – Equipamento de proteção individual – EPI.

b) A empresa CONTRATADA deve fornecer os EPI’s de acordo com o cargo de cada trabalhador e conforme orientação do SESMT da própria empresa.

c) NR 7 – Programa de controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO.

18.1. Para isso, a CONTRATADA deverá cumprir fielmente o estabelecido na legislação nacional no que concerne à segurança, bem como obedecer a todas as normas apropriadas e específicas para a segurança de cada tipo de serviço.

18.2. Concerne à EMPREITEIRA o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI’s) a todo seu quadro de pessoal de acordo com o exigido pelas normas técnicas - a depender do serviço a ser executado.

19.0. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA SINALIZAÇÃO: A CONTRATADA deverá sinalizar com equipamento adequado, os locais de execução dos serviços, conforme a exigência do Código Nacional de Trânsito e Norma Interna da CASAL.

19.1. Os Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC devem ser utilizados pela CONTRATADA, como a sinalização na rua (cones, fitas zebreadas e placas de sinalização).



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

19.2. Os locais de trabalho devem ser analisados com antecedência pela gerência de Segurança e Medicina do trabalho, para que seja feita a análise do ambiente de trabalho e, se possível, a eliminação do risco. Os serviços só devem começar quando devidamente autorizado pelo responsável.

19.3. Todo o equipamento de proteção deve estar disponível antes do início dos serviços.

19.4. Em todo o perímetro dos serviços, será executada a sinalização da obra com: cerca para isolamento de área através de rede de sinalização de polietileno de alta densidade; Cones delimitadores de tráfego refletivos; e placas indicativas, sem instalações de iluminação.

Qualquer acidente ou problema decorrente de falta de sinalização adequada será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, que arcará com todos e quaisquer ônus devido.

20.0 CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO CONTROLE AMBIENTAL: A CONTRATADA assumirá todas as responsabilidades quanto a acidentes ambientais provocados por falhas em seus equipamentos ou pela desatenção das equipes de trabalho.

20.1. Manter os equipamentos atendendo aos limites de controle ambiental quanto à poluição sonora, em estrita observância aos padrões aplicáveis (municipais, estaduais e federais), sob pena de imediata substituição dos mesmos. Em particular, deverá ser dada importância especial ao controle de emissão de fumaça negra pelos veículos, devendo atender as prescrições do CONAMA, e aos limites estabelecidos na legislação vigente.

21.0 CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES: As sanções serão aplicadas conforme previstas nos arts. 213 a 220 do RILC/CASAL, que trata da aplicação das sanções.

22.0 CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS: Os casos omissos ou situações não explicitadas serão decididos pelas partes, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações e demais regulamentos e normas administrativas, federais e estaduais, que fazem parte integrante deste Contrato independentemente de suas transcrições.

23.0 CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA RESCISÃO: A rescisão contratual se dará conforme prevista nos arts. 209 a 212 do RILC/CASAL, que trata das Rescisões Contratuais. .

24.0 CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO: As partes elegem o Foro da Cidade de Maceió/AL, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas, que subscrevem depois de lido e achado conforme para a produção dos seus jurídicos e legais efeitos.

Maceio,dede 20..

TESTEMUNHAS:

DIRETOR PRESIDENTE/CASAL

NOME E CPF

VICE-PRESIDENTE DE GESTÃO DE ENGENHARIA

NOME E CPF

Representante
P/ CONTRATADA



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

CONTRATO Nº XXXX/2018
ANEXO I

PLANILHA DE CUSTOS

SERVIÇOS		UNID.	QNT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Instalação de Obra				
1.1	Mobilização de obra	%	5,00		
2	Serviços				
2.1	Retirada de material filtrante	m ³	25,00		
2.2	Aplicação de material filtrante	m ³	33,00		
2.3	Aplicação de resina em PRFV, para piso, parede e manifold distribuidor interno	m ²	14,20		
2.4	Retirada de registro borboleta, DN 200mm, 150mm, 100mm	und	10,00		
2.5	Aplicação e aplicação de válvula borboleta, em PRFV, DN 200mm	und	4,00		
2.6	Escada para filtro em tubo galvanizado c/ 4,5m	und	2,00		
2.7	Aplicação e aplicação de válvula borboleta, em PRFV, DN 150mm	und	4,00		
2.8	Aplicação e aplicação de válvula borboleta, em PRFV, DN 100mm	und	2,00		
2.9	Bota fora	m ³	25,00		
3	Materiais				
3.1	Aquisição de material filtrante	m ³	33,00		



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

CONTRATO Nº XXXX/2018
ANEXO II

CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO